

**UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - MODALIDADE A DISTÂNCIA

Fevereiro/2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - MODALIDADE A DISTÂNCIA

Equipe de elaboração:

Profª Drª. Eliane Moreira Sá de Souza – UFG

Coordenadora

Profª Drª Neiva de Araújo Marques – UFMT

Prof. MSc. Oreste Preti – UFMT

Prof. Dr. Paulo Guedes – UFBA

Adaptação:

FaPP/CBH/UEMG

SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2. INTRODUÇÃO	7
3. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL.....	11
3.1. AS MESO E MICRORREGIÕES MINEIRAS ENVOLVIDAS E O CAMPO DE INSERÇÃO TERRITORIAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG)	11
3.2. OS POLOS ESCOLHIDOS.....	14
4. INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB	17
5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS.....	22
5.1. A UEMG: FINALIDADES E COMPETÊNCIAS.....	22
5.2. MISSÃO	25
5.3. PRINCÍPIOS	26
5.4. VISÃO	26
5.5. PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	26
5.6. APOIO A PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA.....	40
5.7. ATIVIDADES DE EXTENSÃO	45
6. CONCEPÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – EAD	50
6.1. DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA FORMAÇÃO DO CURSO	50
6.2. DIMENSÕES DE FORMAÇÃO.....	51
6.3. ASPECTOS DO CURSO.....	51
6.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	53
6.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	53
6.4. PERFIL DO EGRESSO	55
6.5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	56
6.6. CARGA HORÁRIA.....	58
6.7. MATRIZ CURRICULAR.....	58
6.8. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.....	61
6.9. SEMINÁRIOS TEMÁTICOS.....	62
6.10. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	63
6.11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	63
6.12. ATIVIDADES DE NIVELAMENTO	64
7. ESTRUTURA ADMINISTRATIVO PEDAGÓGICA	65
7.1. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	68
7.2. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	69
7.3. DOCENTES QUE PARTICIPAM DA GESTÃO DO CURSO.....	69
8. INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO- ADMINISTRATIVA.....	75
8.1. SELEÇÃO DE PROFESSORES PESQUISADORES E TUTORES	76
8.2. SISTEMA DE TUTORIA.....	77
8.3. ENCONTROS PRESENCIAIS.....	79
8.4. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO	79
9. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	82
9.1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	82
9.2. AVALIAÇÃO DOS SUBSISTEMAS DE EAD	83
9.3. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	84

10. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO- INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES	84
ANEXO 1 – FLUXO DOS MÓDULOS E DISCIPLINAS	86
ANEXO 2 – EMENTÁRIO	126
ANEXO 3 – CORPO DOCENTE QUE PARTICIPA DO CURSO	130
APÊNDICE 1	145

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

a) Nome do Curso:

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

b) Proponente:

Denominação: Universidade do Estado de Minas Gerais

Instituição: Art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

Credenciamento: Decreto 40359 de 28 de abril de 1999.

Prorrogação do Credenciamento: Decreto S/N, de 17 de outubro de 2005.

Credenciamento para EAD no sistema UAB: Portaria 1369, de 08 de dezembro de 2010.

Credenciamento Plano Nacional de Formação de Professores da

Educação Básica: Termo de Adesão publicado no Diário Oficial da União – Seção 3 – nº 242, de 18 de dezembro de 2009

Núcleo de Educação a Distância: Resolução CONUN/UEMG N°05/97 do Conselho Universitário - CONUN

Natureza Jurídica: Autarquia Estadual

CNPJ: 65172579/0001-15

Inscrição Estadual: Isento

Endereço Rodovia Pref. Américo Gianetti, S/Nº - Ed. Minas, 8º andar – CEP.: 31630-900, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Endereço eletrônico: www.uemg.br

Telefones: (31)39168670

c) Ofertante:

Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, campus Belo Horizonte, Universidade do Estado de Minas Gerais (FaPP/ CBH)

d) Público-Alvo:

Concluintes do segundo grau, que residam nas regiões dos municípios Polos de Apoio Presencial do Curso de Administração Pública do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, selecionados por meio de processo seletivo de ingresso na Universidade do Estado de Minas Gerais.

e) Número de Vagas:

Serão ofertadas até 150 vagas, distribuídas nos Pólos de Apoio Presencial do Curso em Minas Gerais com abrangência aos municípios circunvizinhos.

f) Forma de Ingresso:

Processo Seletivo

g) Duração do Curso:

Mínimo 9 e máximo 12 semestres para integralização curricular.

h) Início das atividades:

Primeiro semestre de 2014

2. INTRODUÇÃO

O Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB, e conseqüentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério de Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, estimula a oferta do curso de Administração Pública na modalidade a distância, operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado de Minas Gerais, incluindo seus mais distantes municípios, a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG oferta o curso de Administração Pública na modalidade a distância - EaD, como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O projeto pedagógico do curso está pautado na observância aos dispositivos legais e dispositivos regimentares institucionais, entre eles:

- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, p.27833, 1996.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução nº4**, de 13 de Julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, Seção1, p.26, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de Abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, p.3, 2004.
- CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (UEMG). **Resolução nº 66**, de 18 de Dezembro de 2008. Estabelece as normas gerais para cumprimento de disciplinas em regime de dependência nas Unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Belo Horizonte: UEMG, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº5.622**, de 19 de Dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, p.1, 2005.
- BRASIL. **Decreto nº 1.917**, de 27 de maio de 1996. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto e dá outras providências como a criação da Secretaria de Educação a Distância / SEED. Brasília: Diário Oficial da União, p.9213, 1996.
- MINAS GERAIS. **Decreto nº 36.898**, de 24 de Maio de 1995. Aprova o Estatuto da Universidade de Minas Gerais (UEMG). Belo Horizonte: Palácio da Liberdade, 1995.
- UEMG. **Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: http://www.uemg.br/downloads/Regimento%20Geral_UEMG.pdf Acesso: 02 de fevereiro de 2017.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública¹ compreendem um campo multidisciplinar de investigação e atuação do profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.

Tendo como princípios fundamentais:

- O ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res pública e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;
- A flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais;
- A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

Portanto, o curso deve contemplar conteúdos multidisciplinares, da área do direito, exatas e sociais, para preparar o futuro profissional para atuar de forma eficaz, criativa e humana nas resoluções dos problemas e conflitos que encontrará pelo caminho

O curso também deverá ter uma grade curricular que apresente uma visão histórica e contextualizada, se atendo a valores públicos e para o desenvolvimento nacional, de reduzir as desigualdades e para o reconhecimento dos desafios subsequentes da diversidade, cultural e regional.

Para a instituição, a organização do curso deve ser feita por meio de um projeto pedagógico abrangendo:

- I. Objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;

¹ Ver: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução nº1**, de 14 de Janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, Seção 1, p.17-18, 2014.

- II. Condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III. Cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso; IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- IV. Modos de integração entre teoria e prática;
- V. Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VI. Modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VII. Incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;
- VIII. Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- IX. Concepção e composição das atividades complementares; e
- X. Inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC - sob as modalidades: monografia, projeto de iniciação científica, projetos de atividades ou relatórios de pesquisa, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional.

Considerando que o Curso de Administração Pública FaPP/CBH/UEMG será ofertado na modalidade a distância, é importante compreender que a Educação a Distância (EaD) não pode ser reduzida a questões metodológicas, ou à simples gestão acadêmico-administrativa, ou como possibilidade apenas de emprego de tecnologias de informação e de comunicação - TICs na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de EaD e, menos ainda, um “modelo” único na oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e se ajustando à modalidade, dando-lhe identidade, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD. Cabe esclarecer que nesse projeto não estão definidos os aspectos procedimentais para as Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES, no que diz respeito ao modelo de gestão e de organização do curso. Isso será definido no projeto pedagógico de cada instituição. O que está acenado aqui são os aspectos gerais sobre a modalidade de EaD, em sua dimensão conceitual e de gestão, para que seja garantida a qualidade na formação profissional dos estudantes deste curso.

3. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

A escolha dos Polos foi embasada em critérios objetivos colocados pelos marcos regulatórios da UAB, ou seja, possuir status AA (apto) na plataforma do Sistema UAB - SISUAB; não registrar oferta do mesmo curso por outras instituições; manifestar interesse e demanda pelo curso a ser ofertado. Além desses elementos questões como a Meso e a Microrregião nas quais os Polos se localizam e a população também foram consideradas.

Esses dados foram analisados considerando a área e inserção da UEMG. Desse cruzamento de dados e informações foram então listados os cinco Municípios que constam do presente projeto: Corinto, Ipanema e Buritis.

3.1. AS MESO E MICRORREGIÕES MINEIRAS ENVOLVIDAS E O CAMPO DE INSERÇÃO TERRITORIAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG)

O Estado de Minas Gerais possui doze Mesorregiões subdivididas em sessenta e seis microrregiões que congregam os vários Municípios mineiros. A inserção territorial da UEMG no Estado está se ampliando. Por ser uma instituição multicampi, o que permite seu caráter ao mesmo tempo universal e regional, a UEMG possui o campus BH e unidades no interior.

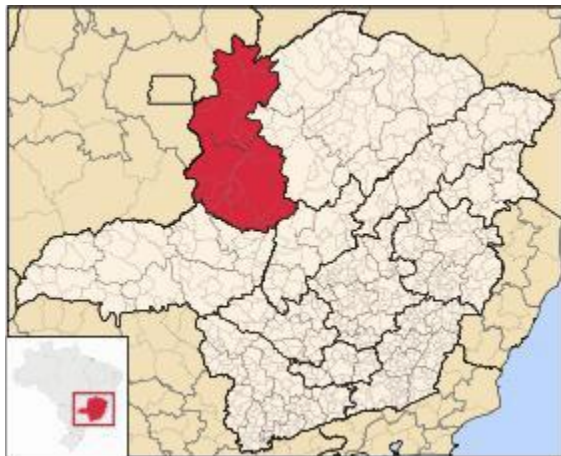
O Campus Belo Horizonte (CBH) é composto pelas unidades: Escola de Design, Escola Guignard, Escola de Música, Faculdade de Educação, Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves. No interior do Estado, a Universidade possui as seguintes unidades: Faculdade de Engenharia em João Monlevade, Unidade de Barbacena, Unidades de Ubá, Unidade de Frutal, Unidade de Leopoldina, Unidade de Poços de Caldas, Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ibirité, Ituiutaba e Passos. Essa inserção territorial é mais facilmente visualizada no mapa abaixo (Figura 1)

Os mapas constantes na Figura 1 indicam outra justificativa da escolha dos polos. Os Polos Ipanema (Mesorregião Vale do Rio Doce) e Buritis (Mesorregião Noroeste de Minas) são os Municípios que, considerando os critérios anteriormente apontados, guardam as condições necessárias para serem escolhidos como Polo, dentro das Meso e Microrregião nas quais se inserem. Além disso, essas duas mesorregiões estão localizadas numa área na qual a UEMG não possui, ainda, unidades físicas e, portanto, a escolha de dois Polos

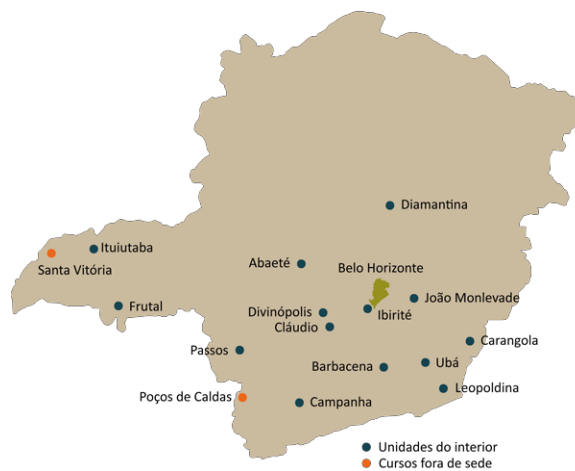
nessas localidades contribui também para a expansão da UEMG pelo interior. Expansão esta que é missão da instituição pública dentro da política de expansão e democratização da educação superior e coaduna com um dos propósitos da UAB, a interiorização.

A outra mesorregião que possui um polo é a Central Mineira. Trata-se de uma região intermediária entre a mesorregião metropolitana e a mesorregião do triângulo mineiro. Um ponto de ligação que pretende atender a uma demanda considerável.

A UEMG EM MINAS GERAIS



Mesorregião Noroeste de Minas



Mesorregião Vale do Rio Doce



Mesorregião Central Mineira

Fonte: Wikipédia e UEMG.

3.2. OS POLOS ESCOLHIDOS

CORINTO

O Município de Corinto está inserido na Mesorregião Central de Minas Gerais e na Microrregião de Curvelo. É o segundo Município em população na microrregião em que se encontra ficando atrás apenas de Curvelo (Tabela 1), que não está registrado como polo no SISUAB. O Município preenche as características de status, interesse e demanda. Já conta com a oferta de curso por outra instituição, mas cursos distintos da opção aqui apresentada.

Tabela 1 Relação Polo Corinto/Mesorregião/Microrregião

MESORREGIÃO CENTRAL DE MINAS	MICORREGIÃO- CURVELO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
		Augusto de Lima	4.962
		Buenópolis	10.267
		Corinto	23.845
		Curvelo	72.598
		Felixlândia	14.117
		Inimutaba	6.729
		Joaquim Felício	4.305
		Monjolos	2.360
		Morro da Garça	2.654
		Presidente Juscelino	3.914
		Santo Hipólito	3.128

Fonte: IBGE, 2010)

IPANEMA

Ipanema não é um dos três municípios mais populosos da microrregião na qual está inserido (Tabela 2). Porém, Aimorés, Conselheiro Pena, Mutum não constam como Polos no SISUAB.

Outras três instituições ofertam cursos na região o que reforça o argumento de sua localização estratégica para os propósitos da UAB (interiorização e expansão). Segundo a pesquisa feita junto ao polo há demanda para o curso de Bacharelado em Administração Pública uma vez que não há, na circunscrição, oferta do mesmo dentro da UAB.

Tabela 2 - Relação Polo Ipanema/Mesorregião/Microrregião

MESORREGIÃO VALE DO RIO DOCE	MICORREGIÃO- AIMORÉS	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
		Aimorés	24.937
		Alvarenga	4.435
		Conceição de Ipanema	4.441
		Conselheiro Pena	22.153
		Cuparaqu	4.680
		Goiabeira	3.015
		Ipanema	18.142
		Itueta	5.831
		Mutum	26.645
		Pocran	8.980
		Resplendor	17.036

Fonte: IBGE, 2010

BURITIS

É um dos polos mais afastados da sede da UEMG e também de suas unidades físicas no interior (Tabela 3). Porém, esse afastamento geográfico contribui positivamente para sua escolha. Como um dos propósitos da Universidade dentro da política de democratização e sua inserção no interior, Buritis, o segundo município em população da microrregião de Unai (Município que não é polo) é uma escolha estratégica tanto em termos de demanda quanto geograficamente já que está localizado bem a noroeste do Estado e acerca de 750km da Capital e, por conseguinte, da sede da UEMG.

Tabela 3 Relação Polo Buritis/Mesorregião/Microrregião

MESORREGIÃO NOROESTE DE MINAS	MICORREGIÃO- UNAÍ	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
		Arinos	17.585
		Bonfinópolis de Minas	5.840
		Buritis	22.690
		Cabeceira Grande	6.451
		Dom Bosco	3.813
		Formoso	8.168
		Natalândia	3.261
		Unaí	75.494
		Uruana de Minas	3.191

Fonte: IBGE, 2010

Pelas razões expostas justifica-se a escolha feita pela instituição proponente que resultou nos três polos aqui relacionados.

4. INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB

O trabalho com a EAD na UEMG teve início com criação do Núcleo de Educação a Distância – NEAD pela Resolução nº. 05/97, do Conselho Universitário da UEMG e representou um importante passo, pois ele atua na coordenação geral dos trabalhos das Unidades, subsidiando, acompanhando e apoiando professores e pesquisadores no desenvolvimento e execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão, na modalidade a distância.

A trajetória da UEMG com a Educação a Distância, no entanto, antecedeu à institucionalização desse Núcleo – desde 1983. O Curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Minas Gerais – CPIEMG – atualmente Faculdade de Educação - FaE/CBH/UEMG, iniciou os seus trabalhos na referida modalidade com um projeto coordenado pelo Grupo Emergente de Pesquisa - GEPE. Tal projeto trabalhava com a Teoria Modular e levava para professores de escolas públicas de alguns Municípios da Região Metropolitana de BH a possibilidade de capacitação em serviço e atualização de conhecimentos em diversas áreas curriculares. De maneira similar ao que acontece hoje nesta modalidade de ensino, os materiais impressos foram os suportes utilizados, com momentos presenciais, visitas de monitores nos referidos municípios e encontro de professores cursistas em seminários gerais realizados na Faculdade.

Outra experiência significativa foi a do Grupo de Estudos e Pesquisas de Tecnologias Interativas de Aprendizagem - TEIA-GEPE, criado em março de 1998, com o propósito de pesquisar tecnologias interativas de aprendizagem em seus fundamentos, modalidades e repercussões no contexto das necessidades do nosso país, e de criar ambientes e materiais educativos que favorecessem a construção, apropriação e assimilação significativa de conhecimentos relevantes em todos os graus de ensino, com ênfase no desenvolvimento continuado de professores e profissionais da educação, particularmente em educação a distância. O grupo teve o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG e foi cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq – Sistema Lattes.

A UEMG participou, também, do Programa de Capacitação de Professores - PROCAP, que foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, para atender à formação de professores do Ensino Fundamental da rede pública, por meio de Regionais de Capacitação da UEMG utilizando a infraestrutura de seus CAMPI (Belo Horizonte/MG) e das Unidades Associadas de Ituiutaba, Diamantina, Divinópolis, Passos e Varginha.

Como parte do percurso institucional em EAD, foi criado o “Telessalas de Minas”, programa educativo, cultural e profissionalizante desenvolvido na Unidade Associada à UEMG, localizada na cidade de Carangola, em parceria com as Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação da região. Através do mesmo foram implementadas 33 telessalas em nove Municípios de Minas Gerais a partir de 1998.

Já no ano de 2000, a UEMG assinou o Protocolo de Intenções (Termo de Adesão) que criou a Universidade Virtual Pública do Brasil – UNIREDE. Esta foi um consórcio de 70 instituições públicas de ensino superior e teve como objetivo democratizar o acesso à educação de qualidade por meio da oferta de cursos a distância.

Em 2002, num convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais/SEEMG e a FaE/CBH/UEMG, iniciou-se o “Projeto Veredas”, com o Curso Superior de Formação de Professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, que promoveu a qualificação de professores efetivos da rede pública de Minas Gerais. O curso foi desenvolvido no período de 2002 a 2005, utilizando-se da modalidade de educação a distância, com momentos presenciais, em oito Agências Formadoras - AFOR, habilitando um total de 4.238 professores.

Quadro 1 Habilitados pelo “Projeto Veredas” por AFOR

Unidade	Habilitados
Faculdade de Educação/BH	827
Carangola	422
Diamantina	358
Divinópolis	555
Lavras	425
Passos	395
Patos de Minas	471
Varginha	785

Fonte: FaE/UEMG

O Projeto Veredas gerou, na Faculdade de Educação, Campus BH, o projeto de pesquisa denominado “Estudo sobre a relação entre as formas de organização dos trabalhadores em sistemas de educação a distância e a prática pedagógica de tutores e cursistas desses sistemas: o caso Veredas”.

Essa pesquisa serviu de base para captar recursos de Demanda Endogovernamental da FAPEMIG que financiaram o projeto de criação do Centro de Pesquisas em Educação a Distância - CEPEAD. Este constitui-se num espaço para a pesquisa, o estudo e implementação de ambientes virtuais de aprendizagem, assim como suporte para oferta de cursos de graduação, pós-graduação e de extensão universitária, na modalidade a distância. Sua criação representou outro passo importante para que a UEMG pudesse ampliar o seu atendimento no âmbito da formação de recursos humanos para o uso eficaz das tecnologias da comunicação e da informação, no ensino, na pesquisa e na extensão. O CEPEAD/UEMG foi inaugurado oficialmente no dia 15 de dezembro de 2005, tendo a participação (via web conferência) de docente da FaE/CBH/UEMG em doutorado sanduíche na França comunicando-se com os presentes.

Em 18 de dezembro de 2009 foi publicado, no Diário Oficial da União, o Termo de Adesão da UEMG ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica e

o Acordo de Cooperação Técnica com a CAPES para oferta de cursos superiores a distância. Este Acordo autorizava a UEMG a oferecer, em caráter experimental, cursos de licenciatura por um prazo de cinco anos com possibilidades de prorrogação e nesse contexto a Universidade faz parte da UAB oferecendo dois cursos de licenciatura, um de Artes Visuais e outro de Pedagogia em 10 polos de apoio presencial, para atender um total de 500 alunos a partir da liberação dos recursos, e um curso de extensão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, num total de 250 alunos em cinco polos de apoio presencial, situados em municípios mineiros.

Finalmente, em 8 de dezembro de 2010 foi publicada a Portaria Nº 1369/2010 do Ministério da Educação credenciando a UEMG para oferta de cursos superiores a distância.

Quadro 2 Pesquisas e outras atividades desenvolvidas no CEPEAD/UEMG

ANO	ATIVIDADE
2004	Curso de formação de professores das unidades da UEMG em plataforma virtual – “Educação mediada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação” com uma carga horária de 180 horas - participando 23 professores do CAMPUS/BH e Unidades Associadas.
2006/2008	Estudo, pesquisa e elaboração de hipóteses sobre plataformas públicas e livres em EAD: Atutor, Moodle e Learnig Space, dentre outras, com a escolha da plataforma MOODLE para o desenvolvimento do projeto de EAD da UEMG.
2007	Participação n IX Congresso Internacional de Tecnologia Educativa com o artigo Manuais em HQ para professores que trabalham com alunos com necessidades especiais na Universidad Metropolitana de Caracas - Venezuela.
2007/2008	Curso de formação de professores autores em EAD em parceria com a Cátedra da Unesco/UFMG. – carga horária de 100 horas e a participação de 25 professores;
2008	Formação no uso de Lousa Digital. – carga horária 20 horas – participação de professores e alunos da Faculdade de Educação.
	Listas de discussão entre pesquisadores, tutores, professores e alunos (Faculdade de Educação e Escola de Design).

	Participação intermediada por professores em salas de bate-papo com a participação de professores e alunos dos VI, VII e VIII períodos da FaE.
	Curso de formação de professores para uso de softwares na Educação Especial - carga horária de 180 horas – participação de 41 professores de APAES de 22 municípios de Minas Gerais.
	Publicação no site da UEMG do artigo “Manuais em HQ para professores que trabalham com alunos com necessidades especiais”.
2008/2009	Curso de Formação “Gestão da Clínica” – carga horária de 440 horas - veiculado pelo Canal Minas Saúde (TV): capacitação, a distância, de 3200 profissionais da área da saúde, distribuídos em 13 microrregiões de Minas Gerais, que atuam nas Unidades Básicas de Saúde do Programa da Saúde da Família da Secretaria de Estado da Saúde Minas Gerais.
2008/2009	Realização de encontros presenciais e virtuais com coordenadores de EAD dos polos de Belo Horizonte (central), Divinópolis, Diamantina, Ituiutaba e Passos, para discussão das normas de criação e especificação de laboratórios da REDE AVA UEMG. (Ambientes Virtuais de aprendizagem)
2010	Aprovação, nos Conselhos Superiores da UEMG, do regimento do CEPEAD e elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de Artes Visuais e Pedagogia de acordo com os parâmetros UAB.
2011	Curso de extensão “ <i>Em CURTAndo a DISTÂNCIA</i> ” Curso “Formação de Autores para Conteúdos de EAD” Turmas I e II – 60 horas
2012	Curso “Formação de Autores para Conteúdos de EAD” turma III– 60 horas

Fonte: CEPEAD/UEMG, 2017

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

5.1. A UEMG: FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

A Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG foi criada pelo Art. 81 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de 1989, como entidade pública, sob a forma de autarquia, com reitoria na Capital, incorporando quatro unidades educacionais já existentes no âmbito do Estado e prevendo a absorção de Fundações localizadas em suas diferentes regiões. Após a criação em lei, uma Comissão Especial da Assembleia Legislativa de Minas realizou estudos sobre a implantação da Universidade e propôs uma Emenda à Constituição. Submetida ao processo legislativo, resultou, em dezembro de 2005, na Emenda Constitucional nº 72 à Constituição Federal. (BRASIL, 1988).

Em decorrência da finalidade que determinou a sua criação, a UEMG tem-se voltado para o desenvolvimento das ciências, da tecnologia, da filosofia, das letras, das artes e das políticas públicas e para formação de profissionais, observando o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. A oferta de cursos tem buscado contribuir para a formação de profissionais e para a produção e difusão de conhecimentos que reflitam os problemas, potencialidades e peculiaridades de diferentes regiões do estado, com vistas à integração e ao desenvolvimento regional, o que caracteriza sua dimensão multicampi.

Como universidade pública e gratuita, desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão vinculadas a problemáticas candentes da sociedade brasileira, tais como as questões ambientais, sociais, econômicas, educacionais e de gestão, contribuindo para o avanço social. Nesse sentido, a UEMG se fortalece com 11 Unidades Universitárias e seus atuais 117 cursos de graduação, nas modalidades de bacharelado, tecnólogos e licenciaturas, presencial e na modalidade EaD e também com seus 30 cursos de pós-graduação lato e 6 stricto sensu, sendo 4 mestrados e 2 doutorados.

A UEMG tem como propósito o comprometimento com o desenvolvimento regional e a responsabilidade de levar a sua tríplice função de ensino, pesquisa e extensão a localidades densamente povoadas e que apresentam demandas de ensino superior. Suas finalidades e competências são as instituídas no art. 3º, da Lei nº 11.539/94.

A consolidação e a expansão da UEMG e de suas atividades acadêmicas também constituem um dos seus principais objetivos. Dessa forma, o seu Plano de Gestão assenta-

se, substantivamente, nas seguintes temáticas: **fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão**, com a consolidação e expansão das atividades acadêmicas, através do fortalecimento do protagonismo universitário, da criação de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, do aumento dos conceitos e notas nos cursos, da sistematização da avaliação das disciplinas, do estímulo à produção científica, tecnológica, artística e cultural, ampliação das atividades de extensão e implantação da educação à distância; **apoio político** às ações políticas de Estado e de Governo com a priorização do ensino superior, com o fortalecimento da autonomia universitária, com a articulação com as políticas públicas; **organização gerencial**, com planejamento a médio e longo prazo, intensificando a articulação intra e interinstitucional, com a efetividade dos procedimentos gerenciais; com política de valorização e fixação de Recursos Humanos, com a abertura de concursos públicos e análise da situação dos docentes efetivados, ampliação do número de mestres e doutores, ampliação de servidores e qualificação do corpo técnico-administrativo.

Com o Planejamento Estratégico de natureza participativa a Universidade do Estado de Minas Gerais alcançou grandes avanços no período 2010/2014, mas com as mudanças que ocorreram nos últimos anos, com destaque a absorção de novas unidades, novos desafios e oportunidades gerou a necessidade de construção de um novo planejamento estratégico. Assim, a UEMG tem como macro objetivo a sua consolidação como universidade multicampi, com excelência acadêmica e capacidade de contribuir para a promoção de processos de desenvolvimentos regionais, tendo como princípio orientados a construção da “Unidade na Diversidade”.

Nesses termos, a trajetória da UEMG tem sido marcante, ditada que foi e é pelo crescimento sustentado, pelo compromisso com a qualidade e com a efetividade de ações em favor da sociedade que a abriga e à qual serve. Exemplos indicativos desse papel desempenhado pela UEMG são numerosos e podem ser observados nos diversos âmbitos em que as políticas setoriais se desenvolvem: educação, cultura, comunicação, direitos humanos, saúde, trabalho, tecnologia, ação social e meio ambiente.

A UEMG mantém-se atenta aos avanços históricos e à necessidade de dar sustentação aos processos formativos no cenário contemporâneo, propondo-se a desenvolver a política de ensino, a produção do conhecimento e atividades extensionistas, hábil a cultivar a geração do conhecimento e a relacioná-lo com as demandas regionais do Estado. Sempre foi seu propósito tornar-se um fórum dinamizador da cultura, da ciência e da tecnologia de modo a superar a dicotomia entre a educação formal, o saber e a realidade

e a implementar a articulação crítica- produtiva entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

As ações acadêmicas desenvolvidas buscam confirmar o perfil *multicampi* da Universidade, a sua responsabilidade social, o seu alinhamento com as políticas públicas do Estado e sua integração com a sociedade civil. Para tanto, tem buscado o estabelecimento de parcerias com as instituições públicas e privadas, a expansão do ensino de graduação no interior e na capital, a implantação da educação a distância, a instituição da pós-graduação *stricto sensu*, o estímulo a atividades de pesquisa coadunadas com as vocações regionais, o incremento das atividades extensionistas, do fortalecimento da infraestrutura, da institucionalização da avaliação institucional.

Uma análise, desde a criação da UEMG, permite afirmar que ela representa, hoje, uma alternativa concreta e rica de aproximação do estado mineiro com suas regiões. Ela pode acolher e apoiar as populações de Minas onde elas vivem e produzem. Por sua vocação, tem sido agente do setor público junto às comunidades, colaborando na solução de seus problemas através de suas atividades formativas e na estruturação e implementação de seus projetos de desenvolvimento.

No âmbito da pesquisa, estão em andamento projetos com bolsas de iniciação científica, financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG, dentro do Programa de Quotas Institucionais - PIBIC e projetos na Esfera do Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Merece ser ressaltada a realização dos Seminários de Iniciação Científica e Encontros de Divulgação da Produção Científica que divulga trabalhos nas mais variadas áreas de conhecimento, apresentados pelos pesquisadores dos diversos *campi* da Universidade.

No âmbito da extensão, destacam-se o incentivo e o desenvolvimento de diversos projetos abrangendo os segmentos de comunicação, cultura, arte, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho. Esses projetos são orientados no reconhecimento da extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa e as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade no sentido da transformação social. Para tanto, a política de extensão da UEMG se desenvolve em torno de três eixos: (i) fortalecimento e potencialização de ações já existentes nas Unidades Acadêmicas articulando-as de modo a explorar a natureza *multicampi* da universidade, a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, possibilitando que um conjunto de atividades de extensão tenha um caráter de continuidade, com condições adequadas para

sua permanência; (ii) estímulo à interface da extensão com o ensino e a pesquisa, orientando-se pelo princípio da indissociabilidade; (iii) registro, publicização e acompanhamento das atividades de extensão desenvolvidas na Universidade.

Como parte dessa perspectiva mais ampla e integrada, a UEMG também constrói uma política de formação e de atendimento ao estudante, visando à qualidade dos cursos oferecidos, de modo a assegurar trajetórias acadêmicas bem-sucedidas. Neste sentido, esforços têm sido envidados e ações, programas e projetos vêm sendo implementados, todavia ainda há muitas dificuldades, precariedades e necessidades a serem contempladas, para que se possa assegurar, não só o acesso aos cursos oferecidos, mas também as condições necessárias à permanência dos ingressantes e ao êxito nos estudos. Dentre as medidas voltadas ao acesso e à permanência do estudante, destacamos:

- Implementação do PROCAN (Programa de Seleção Socioeconômica dos candidatos ao Processo Seletivo), criado pela UEMG em 2005, para fazer vigorar a lei estadual nº 15.259, de 27 de julho de 2004. Com esse programa, a instituição passou a reservar: 20% das vagas de cada curso para candidatos afrodescendentes, desde que carentes; 20% para concluintes do Ensino Médio em escolas públicas, desde que carentes; 5% para portadores de deficiência física e indígenas.
- Melhoria do processo pedagógico e elevação da qualidade dos cursos oferecidos, como medidas destinadas a assegurar a infraestrutura necessária ao funcionamento dos mesmos. Entre essas se destaca a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos e as parcerias e convênios, a exemplo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, firmado com o MEC/CAPEL, envolvendo todos os seus cursos de licenciatura.
- Investimento na ampliação do acervo das bibliotecas e na instalação de laboratórios.
- Adesão ao Sistema de Seleção Unificada – SiSU, com a previsão de 25% de suas vagas.

5.2. MISSÃO

Promover o ensino, a pesquisa e a extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do estado.

5.3. PRINCÍPIOS

- Comprometimento com as políticas públicas;
- Compromisso com a qualidade;
- Autocrítica;
- Otimismo;
- Cordialidade e ética nas relações;
- Construção coletiva;
- Criatividade nas ações;
- Transparência;
- Honestidade;
- Comprometimento com a instituição;
- Responsabilidade Social.

5.4. VISÃO

Ser referência como instituição promotora de ensino, pesquisa e extensão em consonância com políticas, demandas e vocações regionais do estado.

5.5. PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Demandas da própria comunidade universitária e da sociedade remeteram a Universidade à aplicação e aprofundamento de novos estudos e pesquisas em áreas para as quais ela identificou possibilidades de avanço. Essa constatação levou à criação de linhas e grupos de pesquisa e de extensão e de programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

A UEMG oferece educação continuada por meio de cursos de atualização e *lato sensu* em diversas áreas do conhecimento. Oferece também, em parceria com outras instituições, na REDEMAT, mestrado e doutorado em Engenharia de Materiais. Além disso, a partir de 2009, oferece dois cursos de Pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado, um em Educação, na FAE, e outro em Design, na Escola de Design, ambos no Campus BH.

A UEMG oferece diversos cursos de pós-graduação *lato sensu* que atendem a alunos em diferentes Unidades, viabilizados mediante convênio com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - FADECIT. Os cursos oferecidos abrangem as áreas de Design de Modas; Design de Jóias; Gestão de Design em

Micro e Pequenas Empresas; Práticas Interpretativas: Música Brasileira; Princípios e Recursos Pedagógicos em Música; Artes Plásticas e Contemporaneidade; Ensino e Pesquisa no Campo da Arte e da Cultura; Meio Ambiente: Gestão, Saúde e Biotecnologia; Psicopedagogia Clínica e Institucional; Arte-Educação; Práticas Educativas, Inclusão para a Diversidade; Educação Ambiental; Educação, Comunicação e Tecnologia; Educação Infantil; Análise Bioenergética: Abordagem Corporal na Saúde, Educação e Recursos Humanos; Educação em Matemática; Educação de Jovens e Adultos: Múltiplas Perspectivas; Gestão Pública para Resultados; Gestão de Pessoas; Gestão Pública, dentre outros.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela UEMG são organizados de acordo com as determinações contidas na Resolução nº 453/05, do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais – CEE/MG – e nas Normas de Pós-graduação da UEMG. São ministrados com uma carga horária mínima de 360 horas.

A FaPP/CBH/UEMG, em especial, oferta os Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública” e o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Pessoas”. E recorrentemente atendendo as demandas da Administração Pública ofertou, em resposta à UEMG, o Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Gestão Pública: ênfase em Instituições de Ensino Superior (IES) para servidores desta Universidade.

Ainda objetivando formar profissionais para exercerem atividades relacionadas ao setor público, a FaPP desenvolveu dois cursos de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade EaD: Gestão Pública e Gestão Pública Municipal no contexto do Programa Nacional de Formação de Administradores Públicos - PNAP, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - UAB/CAPES, nos polos de apoio presencial nos municípios de Alterosa, Boa Esperança, Campos Gerais, Frutal, Jaboticatubas, Nanuque e Taiobeiras (curso de Gestão Pública) e Cambuí, Divinolândia de Minas, Jaboticatubas e Nanuque (curso de Gestão Pública Municipal). As primeiras turmas já concluíram os seus trabalhos e os Cursos, na modalidade EaD, serão reofertados a partir de 2017

5.6. APOIO A PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA

Esta ação tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica por meio de concessão de bolsas no âmbito da Universidade nas unidades públicas e nas funções privadas.

A produção de conhecimento, resultado da realização sistemática de pesquisas é condição essencial para que as instituições de ensino superior sejam consideradas universidades. As atividades de pesquisa, além de se constituírem em fonte de conhecimento e inovação e, dessa forma, possibilitarem o desenvolvimento da ciência, de um modo geral, são fonte de dividendos, e são essenciais para o crescimento do Estado e do país, bem como para a melhoria do ensino ministrado por qualquer universidade. Não é possível dissociar o próprio conceito de Universidade da realização de pesquisas.

A produção intelectual sistematizada exige, além da opção expressa pela Universidade, docentes com melhor titulação e que se dediquem integralmente à Instituição, recursos financeiros e de infraestrutura. A UEMG atende aos quesitos estabelecidos para as Universidades na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no que diz respeito ao percentual mínimo de professores em tempo integral e de mestres e doutores. Apesar das dificuldades, a UEMG vem aumentando sua produção em pesquisa e hoje também atende às condições de produção em pesquisa exigidas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do Estado.

O crescimento e a sistematização da pesquisa na UEMG podem ser evidenciados através de diversos indicadores. Em 1992, o CNPq criou o “Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil”. No ano de 2002, na versão 5 do Diretório, a Universidade do Estado de Minas Gerais participou pela primeira vez, através do registro de 20 grupos. Em 2009, na relação dos grupos cadastrados no CNPq, verificava-se que a UEMG tinha 30 grupos de pesquisa cadastrados, desenvolvendo pesquisas em diversas áreas do conhecimento e em diferentes regiões do Estado (Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes).

Em fevereiro de 2017, a UEMG tem 102 grupos de pesquisa registrados no “Diretório dos Grupos de Pesquisa” do CNPq.

A FaPP/CBH/UEMG, em específico, conta com o Núcleo de Estudos em Políticas Públicas - NEPP, formado por professores pesquisadores da Unidade. Seu objetivo é a

pesquisa de programas de políticas públicas, numa perspectiva multidisciplinar. Com efeito, se produz estudos de análise, de avaliação e de monitoramento das políticas públicas, especialmente, sob o ângulo da gestão e da relação entre sociedade civil, democracia e direitos humanos. O NEPP organiza-se em três Linhas de Pesquisa.

Quadro 2 Linhas de Pesquisa do NEPP/FaPP/CBH/UEMG

Linhas de Pesquisa do NEPP	
Gestão e Políticas Públicas	Realizar estudos sobre os métodos de gestão da administração pública, relativamente aos processos de diagnóstico, de formulação, de desenvolvimento, de monitoramento e de avaliação das políticas públicas. Nesse sentido, os estudos podem tanto se realizar sob o enfoque das organizações públicas, quanto da própria sociedade civil.
Políticas Públicas e Sociedade	Analisar as relações entre a administração pública e a sociedade. Nesta linha se propõe a investigar os mecanismos de participação da sociedade no desenho dos programas de políticas públicas, os conflitos de interesse, bem como os modos de organização e de funcionamento das instâncias de controle social democrático.
Políticas Públicas e Direitos Humanos	Analisar a relação entre democracia, direitos humanos e a ação do Estado na constituição da sociedade brasileira, notadamente sob as perspectivas da desigualdade social, da pobreza, da violência e da exclusão.

Fonte: Núcleo de Pesquisa/FaPP/CBH/UEMG, 2017.

As pesquisas desenvolvidas na FaPP, em 2016, foram:

- **Tecnologias sociais e Design aplicados à Gestão Social e Políticas Públicas** – o projeto buscou utilizar os conceitos de tecnologias sociais, projetos sociais e políticas públicas e a interdisciplinaridade com o design. O referencial teórico perpassou por exemplos de tecnologias sociais no mundo e também tratou as questões da adaptação cultural, por conseguinte enfatizou as riquezas culturais e ambientais do Brasil. Na justificativa, o projeto apontou o que vem sendo feito no país e como serão analisadas as práticas que estão em andamento. O objetivo geral da pesquisa foi investigar modelos e estudos de caso de tecnologias sociais a luz da gestão dos projetos sociais, das políticas públicas e do Design, visando sistematizar e analisar experiências que

estimulem novas tecnologias de gestão de projetos e políticas. Como objetivos específicos pretendeu compreender o contexto de tecnologias sociais sob os olhares de técnicas de desenho e gestão de projetos sociais das políticas públicas e do design; estudar e intercambiar os conteúdos das disciplinas ofertadas nas duas unidades da UEMG; identificar e analisar tecnologias sociais certificadas pelo Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil que estejam de acordo com a proposta do projeto; e propor soluções em empreendimentos sociais, a partir das tecnologias sociais. Ao utilizar do intercâmbio entre as unidades, pretendeu-se compreender as tecnologias sociais por meio do design e das políticas públicas e, para tal, métodos apresentados no projeto são pesquisas quantitativas e qualitativas, além de avaliações de projetos como pesquisa em formato survey, grupos focais e entrevistas. A pesquisa se dividiu em quatro etapas, sendo a primeira a apreciação da pesquisa ao Comitê de Ética e a sistematização da pesquisa bibliográfica; a segunda etapa seleção de atores dos casos em que foram utilizadas tecnologia social em Belo Horizonte; já na terceira etapa foi feito estudo de caso, por meio de observação participante, em conjunto com a Escola de Design de pesquisas em formato survey, grupos focais e entrevista com os envolvidos; a quarta e última etapa é a conclusão da pesquisa, sua apresentação em seminários e a produção de um artigo.

- **Migração Internacional e suas interfaces com o Terceiro Setor e Políticas Públicas** – o projeto propôs a observação das lutas e interações sociais das instituições e terceiro setor relacionadas à imigração e a violação dos direitos dessa população. Nesse sentido, há um recorte que considerou os imigrantes que estão vivendo em Belo Horizonte e região metropolitana. O objetivo geral da pesquisa foi analisar o papel e a importância dos Movimentos Sociais e do Terceiro Setor no acolhimento dos imigrantes em Belo Horizonte e seus efeitos. Os objetivos específicos foram: realizar diagnósticos das demandas dos imigrantes por meio das instituições do Terceiro Setor que lidam com imigração e Direitos Humanos; e realizar entrevista com os imigrantes, que residem em Belo Horizonte, e agentes públicos. Para realizar a pesquisa, foram trabalhados dados primários, que foram recolhidos em uma pesquisa campo por meio de entrevistas semiestruturadas, e secundários, analisando relatórios oficiais.

Revisão de literatura e análise documental também foram métodos relevantes a essa pesquisa.

- **Desafios e perspectivas para o candidato LGBT na inclusão da diversidade sexual no mundo do trabalho** – o projeto buscou, a partir de uma pesquisa anteriormente realizada pela autora, entender os desafios enfrentados por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT) no mundo do trabalho. Na medida em que a orientação sexual e a diversidade sexual são temas que estão sendo recorrentemente discutidos em várias mídias e espaços sociais, o projeto propôs coletar dados das experiências dos candidatos em processos seletivos em vagas de emprego que estão no grupo de minoria citado. A pesquisa teve como objetivo geral mapear os desafios e as perspectivas para o candidato LGBT em processos seletivos de emprego, no mundo do trabalho no atual contexto de diversidade sexual. Os objetivos específicos descritos no projeto buscaram: conhecer as percepções do público LGBT quanto aos desafios e perspectivas para inclusão da diversidade sexual no mundo do trabalho; confrontar as percepções dos alunos e dos recrutadores, que são informações da pesquisa anterior; e apresentar características gerais da gestão de pessoas com foco na diversidade sexual. Como referencial teórico foram utilizados materiais nacionais e internacionais que abordam a temática da diversidade sexual no mundo do trabalho, além de pesquisas já realizadas sobre o tema. A metodologia descrita no projeto teve como abordagem qualitativa e quantitativa. A investigação também se caracterizou como estudo descritivo e estudo de caso e a unidade de análise desse estudo foi a FaPP/CBH/UEMG.
- **Análise sobre os cursos de graduação ofertados na modalidade a distância, ano âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais** – a pesquisa buscou traçar um perfil sobre os processos de formação e integração de todas as Unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais, especialmente no que concerne ao ensino da Educação à Distância. A importância do estudo reside em compreender o fenômeno pelo qual as instituições que compõem o “multicampi” passam na consolidação da identidade institucional. Sendo assim, a pesquisa demonstra ênfase não na diversidade de cursos que possam ser oferecidos à distância, e sim, na

identificação do contexto em que foram ofertados esses cursos. Além disso, buscou analisar qual público atendido e qual o resultado do curso na sociedade. Tais resultados foram buscados, primeiramente, por meio do mapeamento dos cursos de graduação ofertados na modalidade EaD das unidades da UEMG. Em seguida, foram identificadas as estratégias de formulação e de implementação desses cursos; analisados os limites e possibilidades do trabalho ofertado por esses cursos e as estratégias de monitoramento; verificadas a formação dos docentes e profissionais relacionados a gestão.

- **Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento de pessoas na Administração Pública numa perspectiva ergológica** – o projeto de pesquisa buscou refletir os erros de gestão como um problema humano para, então, pensar de que maneira a ergologia pode trazer contribuições para tais erros, numa perspectiva de gestão de pessoas. Dessa forma, esta pesquisa foi de interesse dos profissionais que atuam no campo das práticas de gestão de pessoas nas organizações. Isto porque buscou identificar, por meio de bibliografias, as atuais práticas dos processos de avaliação e desenvolvimento de pessoas na Administração pública, além de realizar uma leitura crítica com base na experiência dos estudiosos que concebem o trabalho como uma atividade. Em suma, a importância deste trabalho foi o de analisar a administração pública numa dupla perspectiva, a dos trabalhadores em si mesmos e o dos usuários de serviços públicos.
- **Perfil dos alunos ingressantes e egressos dos Cursos Tecnológicos em Nível Superior da Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”** – o estudo teve por característica investigar o perfil dos alunos ingressantes e egressos dos cursos da Faculdade de Políticas Públicas para permitir uma melhoria na consolidação dos projetos políticos pedagógicos, bem como o balizamento das decisões referentes às políticas institucionais. Sendo assim, a pesquisa foi ao encontro de conhecer o perfil do aluno, de maneira pessoal, para que os resultados sejam os mais próximos da realidade. Neste sentido, o interesse foi identificar a continuidade dos alunos egressos de graduação e as propostas de trabalho em função da formação acadêmica. Desta forma, foram produzidos indicadores capazes de fomentar o debate sobre as propostas pedagógicas e institucionais para os cursos de graduação tecnológica.

5.7. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A UEMG tem nas atividades de extensão um poderoso instrumento de integração do ensino e da pesquisa e de prestação de serviços à comunidade. Ao mesmo tempo, a extensão possibilita a mobilização da comunidade acadêmica para o debate e o diálogo com a sociedade, numa troca enriquecedora do conhecimento.

A classificação das atividades de extensão utiliza orientações do Plano Nacional de Extensão e conceitos que orientam a base de dados do SIEX BRASIL, um aplicativo *web* criado especialmente para atender à demanda de registro das atividades de extensão desenvolvidas nas universidades participantes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Embora a maioria dos projetos seja ainda desenvolvida de forma isolada, é possível identificar, no conjunto de informações obtidas junto às Unidades, a emergência de programas, entendidos como um conjunto de ações de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e voltado a um objetivo comum. Um programa incorpora projetos, cursos, eventos, prestações de serviços e produtos acadêmicos de extensão, e lhes confere integração.

A extensão na UEMG, além de abranger várias áreas, tem um grande alcance na comunidade. As atividades de extensão relatadas pelos docentes, no período analisado, atingiram um grande número de municípios e quase pessoas.

Na Escola de Música, busca-se estimular a produção de alunos e professores em projetos e eventos de extensão. Programas de rádio são promovidos rotineiramente pela Escola de Música. Há cursos de extensão permanentes, como o Curso de Musicalização Infantil e o curso Básico de Música, que fazem parte da tradição da Escola.

Na Faculdade de Educação, os diversos projetos, programas e atividades de extensão da Escola envolvem grande número de professores e alunos. Há grupos consolidados, como o programa PRONERA, que realiza atividades de relevância nacional, contando com a participação de muitos docentes e discentes, o Programa „A Pedagogia vai à Escola“, que acompanha e orienta alunos da rede pública em seus processos de aprendizagem, projetos como Mídias Educacionais na Escola Pública, Softwares Auditivos para Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais, etc.

A extensão da Escola de Design, a mais numerosa no período considerado, tem mostrado aumento, com equipes coesas e diversificadas. Coerentemente com a proposta pedagógica do curso, as atividades de ensino e pesquisa estendem seus resultados à comunidade. Alunos, ex-alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da Escola de Design, bem como seus professores, têm recebido premiações em diversas competições, em nível nacional e internacional, nas áreas de design de móveis, de jóias, transporte e outras. Só como exemplo, destacamos algumas das competições mais recentes em que ocorreram essas premiações: Prêmio Inova Latin América 2009/2010 (primeiro lugar na categoria Design), Thailand International Jewelry Awards (TIJA) 2009, Prêmio ALCOA 2009, 4º Prêmio Tok&Stok de Design Universitário, em 2009, Prêmio Minas Design, em 2009, 1º Prêmio Amapá Design, X House&Gift Design 2009, Prêmio Craft Design 2009, Prêmio Luiz Dumont Villares, de Reconhecimento Técnico, conferido pela Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais (ABM) em 2009, primeiro lugar na categoria de Design Inovador, na Shell Eco-marathon -Américas, na Califórnia, Salão Design Móvel-sul 2010, Prêmio IBGM de Design de Jóias 2010, Prêmio Design-Abimóvel 2009, promovido pela Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário. Os prêmios conseguidos evidenciam a relevante contribuição da Escola para o Design no Estado e no país.

Na Escola Guignard, projetos de extensão são mantidos há anos, com qualidade, como o Projeto Arte-Expressão, Projeto Gravura, Projeto Redesenho, Projeto Galeria, etc., realizados através de parcerias e convênios. No Instituto de Educação Superior Dona Itália Franco, em Barbacena, são promovidos rotineiramente eventos acadêmico-culturais, como os Seminários Temáticos, Semana Didático-Cultural e outras. A Escola registra uma acentuada melhoria na qualidade dos projetos desenvolvidos, com grande repercussão sobre a comunidade.

A atuação das Unidades criadas a partir de 2006, em atividades de extensão, pode crescer muito nos próximos anos, à medida que as mesmas venham a contar com professores permanentes. Essas Unidades ainda têm uma proporção reduzida de professores efetivos, estáveis. Apesar disso, estabelecem a vinculação da extensão realizada com as atividades de ensino, e a produção em extensão já se mostra expressiva, em alguns casos. Na FAENGE, em João Monlevade, a extensão tem se dado através da oferta de cursos de curta duração, palestras e outras atividades, com intensa participação dos alunos, buscando aumentar as parcerias, inclusive com outras escolas da cidade.

Em Ubá, são realizados projetos e atividades de extensão, oficinas, eventos, com ou

sem fomento. A Unidade destaca o aspecto interdisciplinar e a diversificação dos mesmos, além do grande envolvimento dos alunos na sua realização.

Na FaPP/CBH/UEMG os projetos de extensão desenvolvidos em 2016 foram:

- **Diálogos sobre EaD** – pretendeu contribuir para o diálogo sobre a EaD nas Unidades UEMG por meio de palestras e oficinas, realizando a interlocução entre estas Unidades Além disso, buscou ampliar a discussão sobre EaD entre professores e alunos, compartilhando pesquisas e saberes.
- **Consequências da Exposição de Adolescentes nas Redes Sociais – compreensão e prevenção** - este projeto fez um estudo sobre o cyberbullying e interagiu com duas escolas estaduais de Belo Horizonte para tratar o tema, realizando pesquisa sobre o comportamento dos adolescentes e orientando professores.
- **Fórum Interdisciplinar “Trabalho, Gestão e Políticas Públicas”** – este projeto realizou fóruns interdisciplinares permanentes como um espaço voltado para compartilhamento de saberes, práticas, experiências, metodologias e aportes teóricos, que promoveram o diálogo e a troca de informações e atualização, sobre temas relativos ao trabalho, as práticas de gestão e as políticas públicas.
- **Educação Financeira de alunos da Educação Básica em uma perspectiva transversal** – teve por objetivo contribuir para a Educação Financeira de adolescentes do Ensino Médio, visando o exercício da cidadania e consumo consciente e responsável dos recursos financeiros. Foram realizadas oficinas mensais de Educação Financeira com os adolescentes da Escola Estadual Presidente Antônio Carlos.
- **Projeto Ambientação: Seja Bem Vindo!** – Buscou minimizar possíveis impactos negativos do período de adaptação dos estudantes à universidade e buscou favorecer a sua permanência com maior qualidade.
- **FaPP Informa** – Boletim Informativo da FaPP/CBH/UEMG é instrumento permanente de comunicação interna da unidade, visando divulgar informações relevantes sobre Ensino, pesquisa e Extensão realizados pela FaPP, além de integrar os cursos existentes, professores, funcionários técnicos e alunos.
- **Diálogos sobre gestão, políticas e poder** – projeto articulador das iniciativas de interlocução e debate da comunidade acadêmica da FaPP com diferentes

atores e organizações da sociedade civil e de instituições públicas. Teve como objetivos: (i) potencializar a reflexão e o debate sobre temas atuais no âmbito da gestão e das políticas públicas e suas relações com as mudanças no mundo do trabalho; (ii) aproximar as diferentes iniciativas de interlocução promovidas pelo ensino, pesquisa e extensão da FaPP; e (iii) ampliar e diversificar o processo formativo dos estudantes.

- **Banco de Livros e Revistas** – o Banco de Livros e Revistas da biblioteca da FaPP/CBH/UEMG funciona a partir das doações dos usuários da biblioteca, que são os docentes, discentes e colaboradores. Revistas, livros didáticos ou de literatura, podem ser doados na biblioteca e a comunidade acadêmica pode retirar os materiais doados, de acordo com o interesse de cada um. O objetivo é fazer a informação circular e chegar a quem precisa.
- **Curta o Minuto** – o projeto Curta o Minuto é uma atividade de exibição de filmes de curtas-metragens durante o intervalo das aulas noturnas da FaPP/CBH/UEMG. O Projeto teve como foco alunos que por trabalharem durante todo o horário comercial não podem participar de atividades de Extensão da Unidade. A proposta foi promover um momento de formação e descontração para a sua Comunidade Acadêmica ao potencializar ampliação de horizontes culturais nos seus espaços.
- **Revista “Perspectivas em Políticas Públicas”** – é uma publicação semestral da FaPP/CBH/UEMG; destina-se a publicar textos originais (relatos de experiências, depoimentos e entrevistas) relacionados a temáticas de políticas públicas nas diferentes esferas governamentais. Constitui-se em canal para veiculação de novos conhecimentos e experiências sobre políticas públicas, promovendo o intercâmbio nacional e internacional, sobre essas, especialmente no contexto da América Latina, e, ainda, em canal para qualificação das diversas vozes e discursos produzidos no âmbito dessas políticas.
- **Série Coleção Institucional** – compõe o acervo de publicações da FaPP/CBH/UEMG, cujo propósito instaura-se na intenção de oportunizar, ao público em geral, reflexões sobre aspectos relacionados às políticas públicas. Os esforços para efetivar as edições visam garantir a publicização de saberes e práticas de autores que se debruçam sobre as mais variadas faces das políticas

públicas, entendendo que tais reflexões possam servir de apoio para a promoção da governabilidade participativa e democrática.

6. CONCEPÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – EAD

A administração pública contemporânea, aqui entendida como todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas, tem sido impactada por uma série de processos e procedimentos, dentre os quais se destacam o reconhecimento, a garantia e a ampliação da participação da Sociedade em assuntos de interesses compartilhados junto ao Estado. Esse cenário em configuração tem remodelado a estrutura organizativa do Estado, a qual é, em geral, atualmente compreendida como uma complexa rede de interesses, sujeitos, organizações, sistemas. Nesse contexto, são requeridos agentes capazes de intervir conscientemente, criticamente e criativamente, e de forma autônoma, mas, também, colaborativa, junto aos desafios do/no cenário que se anuncia.

O Curso Bacharelado em Administração Pública vem, portanto, ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam agentes qualificados, com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

6.1. DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA FORMAÇÃO DO CURSO

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. Nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integremos tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo,

- da curiosidade e da criatividade;
- III. Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos estudantes, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e
- V. Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

6.2. DIMENSÕES DE FORMAÇÃO

A formação e o perfil do administrador público serão expressos através de duas dimensões:

- VI. **Epistemológica**: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e
- VII. **Profissionalizante**: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

6.3. ASPECTOS DO CURSO

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão

pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

Para tal, o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

Buscando oportunizar a formação de profissionais para atuarem como gestores em áreas específicas da administração pública, o curso oferece três Linhas de Formação Específica - LFE, ampliando competências e agregando ao egresso habilidades para o exercício da gestão pública na área por ele escolhida. As Linhas são:

- Linha de formação em Gestão da Educação;
- Linha de formação em Gestão Municipal;
- Linha de formação em Gestão Pública.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- I. Transversalidade – Os conteúdos sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema.
- II. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar nestes, atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços. Dentre as atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino encontram-se os seminários temáticos, que possibilitam o

desenvolvimento de pesquisas, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade, como também a realização do Estágio Supervisionado, inserindo o discente em atividades reais de administração pública, aprimorando assim a sua formação profissional.

- III. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – que consiste na elaboração de um relatório de pesquisa desenvolvido, ao longo dos Seminários Temáticos distribuídos nos Módulos V, VI, VII e VIII, com foco nos conteúdos de administração pública estudados no curso e aplicados à área da Linha de Formação Específica escolhida pelo acadêmico. No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia. Os TCCs serão realizados em grupos (3-5 estudantes) e serão orientados por professor, selecionado por comissão específica, nos termos do Sistema UAB/CAPES. As orientações ocorrerão à distância por meio da plataforma Moodle. Os TCCs aprovados integrarão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo dos acadêmicos. A defesa do trabalho será continuada, a cada semestre, integrando atividades dos Seminários Temáticos nos encontros presenciais e será assistida por estudantes do curso, disseminando assim as pesquisas desenvolvidas e a visão holística das organizações.

6.3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública, capazes de atuarem no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não- governamentais, de modo proativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país.

6.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso são:

- I. Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, promovendo o ser humano como força de trabalho e capital intelectual.
- II. Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a gestão.
- III. Formar profissionais capazes de ampliar os níveis de competitividade organizacional frente ao dinamismo das transformações no âmbito interno e externo às organizações.
- IV. Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica.
- V. Preparar o estudante para atuar como gestor, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente.
- VI. Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública.
- VII. Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

6.4. PERFIL DO EGRESSO

O curso de Administração Pública da FaPP/UEMG está organizado visando formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, da linha de formação específica, dos seminários temáticos, do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso, a formação de competências que preparem o egresso às contingências da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, integral e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional autodidata, detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do conhecimento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista as descobertas daquelas correlatas, uma vez que qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral de uma sociedade globalizada.

Para atender às expectativas dessa sociedade emergente, o curso Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e moderna, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O egresso do curso de Administração Pública estará apto a:

- I. Atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. Compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;
- III. Empreender e promover transformações de forma interdisciplinar,

- compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;
- IV. Expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
 - V. Promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
 - VI. Liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
 - VII. Adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;
 - VIII. Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar
 - IX. Conhecer e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
 - X. Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
 - XI. Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
 - XII. Elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

6.5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme

especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN para os Cursos de Administração:

- I. Conteúdos de Formação Básica – relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético- profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, através das disciplinas: Introdução à Economia; Sociologia Organizacional; Economia Brasileira; Psicologia Organizacional; Filosofia e Ética; Ciência Política; Contabilidade Geral; Macroeconomia; Contabilidade Pública; Instituições de Direito Público e Privado; Legislação Tributária e Comercial; Direito Administrativo; Negociação e Arbitragem; Auditoria e Controladoria; e Políticas Públicas e Sociedade.
- II. Conteúdos de Formação Profissional – relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços, por meio das disciplinas: Teorias da Administração I e II; Organização, Processos e Tomada de Decisão; Elaboração e Gestão de Projetos; Orçamento Público; Administração Estratégica; Teorias da Administração Pública; Teoria das Finanças Públicas; Planejamento e Programação na Administração Pública; Gestão de Pessoas no Setor Público; Gestão de Operações e Logística I e II; Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público; Tecnologia e Inovação; Gestão da Regulação; Relações Internacionais; e Gestão Ambiental e Sustentabilidade.
- III. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias – abrangendo pesquisa operacional, matemática, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração, contemplados nas disciplinas: Matemática para Administradores; Estatística Aplicada à Administração; Matemática Financeira e Análise de Investimentos, além de conteúdos transversais apresentados em outras disciplinas.
- IV. Conteúdos de Formação Complementar – estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, contemplados nos seminários temáticos, atividades complementares e nas disciplinas Informática

para Administradores; Redação Oficial; Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração; Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; Seminário Integrador, Seminário Temático I, II e III; Seminário Temático I, II, III e IV das Linhas de Formação I, II e III.

As disciplinas Eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima, de acordo com as respectivas ementas.

6.6. CARGA HORÁRIA

A carga horária total do curso contempla 3.060 horas.

6.7. MATRIZ CURRICULAR

As disciplinas que integram a matriz curricular estão distribuídas em nove Módulos e são de natureza:

- I. Obrigatória – 2.580 horas, distribuídas em 37 disciplinas de 60h e 12 disciplinas de 30h; incluídas as 120 horas relativas as disciplinas que integram as linhas de formação específicas do curso, a serem cursadas nos períodos 7º, 8º e 9º. Sendo obrigatório o cumprimento de uma das linhas de formação.
- II. Optativa – 60 horas relativas a participação, com aproveitamento, em disciplinas a serem ofertadas como optativas: Informática para Administradores ou Redação Oficial ou Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Administração Pública está representada abaixo:

Quadro 3 Quadro Resumo de Distribuição de Carga Horária

Natureza das Disciplinas	Disciplinas (Quantidade e carga- horária)		CH Total
	60 horas	30 horas	
Obrigatórias	37	12	2580
Optativas	3	0	60
Atividades Complementares			120
Estágio Supervisionado			300
Total Geral			3.060

Caso os alunos participem das disciplinas de nivelamento “Introdução a EaD” e/ou “Matemática Básica” poderão cumprir um total de 3.120 horas de carga-horária do Curso.

Outra forma de apresentar a distribuição da carga horária do curso recai sobre a ótica da administração geral ou pública, de acordo com o conteúdo e aplicações conferidos a cada disciplina. O quadro a seguir sintetiza esta distribuição. Nesses termos, as disciplinas que integram a matriz curricular do curso de Administração Pública d FaPP/UEMG estão especificadas na tabela a seguir:

**Quadro 4 Matriz Curricular
Curso Bacharelado em Administração Pública**

Nº	Disciplina	Credito	Carga Horária	Conteúdo	Natureza	
1	Administração Estratégica	4	60	FP	Geral	Obrigatória
2	Auditoria e Controladoria	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
3	Ciência Política	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
4	Contabilidade Geral	4	60	FB	Geral	Obrigatória
5	Contabilidade Pública	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
6	Direito Administrativo	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
7	Direito Empresarial	2	30	FB	Geral	Obrigatória
8	Economia Brasileira	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
9	Elaboração e Gestão de Projetos	4	60	FP	Geral	Obrigatória
10	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	4	60	FC	Geral	Obrigatória

11	Empreendedorismo Governamental	4	60	FC	Geral	Obrigatória
12	Licitação, Contratos e Convênios	4	60	FC	Geral	Obrigatória
13	Estatística Aplicada à Administração	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
14	Filosofia e Ética	4	60	FB	Geral	Obrigatória
15	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FC	Geral	Obrigatória
16	Gestão da Regulação	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
17	Gestão de Operações e Logística I	4	60	FP	Geral	Obrigatória
18	Gestão de Operações e Logística II	4	60	FP	Geral	Obrigatória
19	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
20	Informática para Administradores	4	60	FC	Geral	Optativa
21	Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Geral	Obrigatória
22	Introdução à Economia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
23	Direito e Legislação Tributária	2	30	FB	Geral	Obrigatória
24	Macroeconomia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
25	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	60	FC	Geral	Optativa
26	Matemática Financeira e Análise de Investimentos	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
27	Matemática para Administradores	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
28	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	4	60	FC	Geral	Obrigatória
29	Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Geral	Obrigatória
30	Orçamento Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
31	Planejamento e Programação na Adm. Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
32	Políticas Públicas e Sociedade	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
33	Organização, Processos e Tomada Decisão	4	60	FP	Geral	Obrigatória
34	Psicologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
35	Redação Oficial	4	60	FC	Geral	Optativa
36	Relações Internacionais	4	60	FC	Geral	Obrigatória

37	Seminário Integrador	2	30	FC	Geral	Obrigatória
38	Seminário Temático I	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
39	Seminário Temático II	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
40	Seminário Temático III	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
41	Seminário Temático I na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
42	Seminário Temático II na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
43	Seminário Temático III na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
44	Seminário Temático IV na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
45	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
46	Sociologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
47	Tecnologia e Inovação	4	60	FP	Geral	Obrigatória
48	Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
49	Teorias da Administração I	4	60	FP	Geral	Obrigatória
50	Teorias da Administração II	4	60	FP	Geral	Obrigatória
51	Teorias da Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
52	Trabalho de Conclusão de Curso	2	30	FP	Pub.	Obrigatória

FB Conteúdos de Formação Básica

FP Conteúdos de Formação Profissional

FC Conteúdos de Formação Complementar

EQT Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias

6.8. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O ementário das disciplinas é apresentado no Anexo 2.

6.9. SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

Para contribuir também com a formação integral do profissional da Administração Pública, há na estrutura curricular do curso os Seminários Temáticos, de caráter obrigatório. Foram pensados como um dos elementos centrais do processo de aprendizagem do estudante, servindo de elemento motivador para o desenvolvimento de processos de pesquisa sobre e no cotidiano das práticas de administração.

Em cada módulo do curso está prevista a realização de um Seminário Temático. O estudante realizará pesquisa sobre determinado fato, relacionado com a realidade em que está inserido e envolvendo o campo da Administração Pública. Os resultados desse estudo serão apresentados durante os encontros presenciais.

No Módulo 1, o Seminário Temático possui uma característica específica de promover a inserção e a integração do estudante como o curso na modalidade a distância, sendo nominado como Seminário Integrador.

A partir do segundo Módulo os Seminários Temáticos possibilitam a aplicação dos conteúdos estudados, oportunizando vivências na administração das organizações públicas e revelando caráter sistêmico do comportamento organizacional.

Nos Módulos II, III e IV o estudante realizará uma pesquisa e um diagnóstico sobre o campo da LFE I (Seminário Temático I), da LFE II (Seminário Temático II) e da LFE III (Seminário Temático III), o que possibilitará a compreensão macro da Linha de Formação a ser escolhida.

Os Seminários Temáticos dos Módulos V, VI, VII e VIII constituem as Linhas de Formação Específica I, II e III, das quais uma deverá ser escolhida pelo estudante para complementar sua formação.

Destaca-se que no Módulo V, o estudante fará opção por uma das Linhas de Formação Específica que irá dirigir sua formação, elaborando, no Seminário Temático I da LFE escolhida, um projeto de pesquisa, a partir de um problema identificado na fase de diagnóstico e fundamentado na literatura estudada nos seminários. Nos Seminários Temáticos seguintes o estudante desenvolverá a pesquisa e apresentará o respectivo relatório.

Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências,

palestras, etc. devendo ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral.

6.10. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado - ECS, totalizando 300 horas correspondentes a cerca de 10% do total de carga horária do Curso, em órgãos da Administração Pública, constitui-se em uma das exigências para a integralização dos créditos requeridos para a sua conclusão e para a obtenção do diploma de Curso Superior.

As atividades de Estágio Supervisionado serão realizadas a partir do Módulo V do Curso, por meio das pesquisas e práticas profissionais integradas aos Seminários Temáticos I, II, III e IV das LFEs.

O ECS objetiva preparar os estudantes para inserção/ascensão no mundo do trabalho, através do contato com atividades profissionais pertinentes ao seu Curso e da articulação teórico-prática produzida por meio da observação, da participação e da sistematização em experiências no âmbito de campos de atuação específicos da Administração Pública. Assim, Pesquisa e Estágio caminham juntos, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre a prática e teoria, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

6.11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares compreendem um total de 120 horas, correspondendo a cerca de 4% da carga horária total do curso e serão regulamentadas pela FaPP/UEMG (Ver apêndice 1).

A oferta das atividades que as compreende será de livre escolha de cada IPES. Dentre elas encontram-se:

- **Disciplinas Redação Oficial e Informática para Administradores:** podem ser ofertadas para os estudantes que não as escolheram como optativas.
- **Oficinas:** com o objetivo de aplicar os conhecimentos teóricos, propiciando vivências práticas no uso dos métodos e instrumentos da gestão pública.

Devem ser aplicadas de forma presencial, podendo ser realizadas em cada módulo ou concentradas em módulos específicos.

- **Palestras:** cujos temas permeiem a administração pública.
- **Visitas Técnicas.**
- E outras atividades a serem orientadas pela Coordenação do Curso/FaPP/CBH/UEMG.

6.12. ATIVIDADES DE NIVELAMENTO

Para contribuir também com reforço de conteúdos básicos para os estudos quantitativos, será ofertado ao estudante a disciplina “Matemática Básica” e “Introdução a EaD”, como conteúdos de nivelamento, que não integralizam a matriz curricular, contudo reforçam os estudos realizados no ensino médio e introduzem o estudante ao ambiente da EaD.

7. ESTRUTURA ADMINISTRATIVO PEDAGÓGICA

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e de aprender e da Administração Pública.

O paradigma positivista precisa ser substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas, das relações. No campo da Administração fala-se de pró-atividade, de *empowerment*, de fidelização, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se, então, de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: na equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal Projeto – de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*), do editor ao artista gráfico (*web designer*), etc.

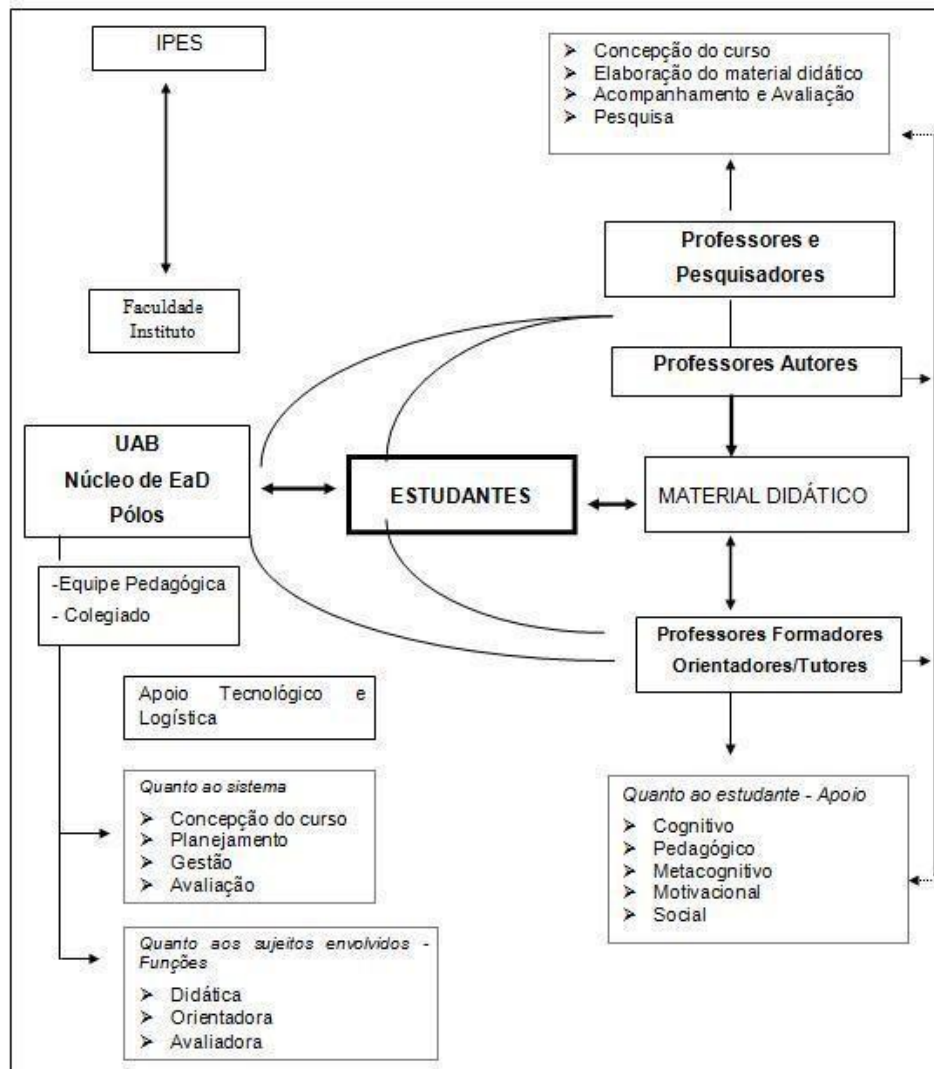
Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Administração Pública na modalidade a distância possui estrutura administrativo-pedagógica que contempla:

- O estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- Professores pesquisadores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem) e pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Tutores (presenciais, a distância): bacharéis em Administração, ou em áreas afins, atuando no Polo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”, função ocupada por um professor do curso de Administração Pública. Quanto às funções específicas dos “tutores presenciais” e dos “tutores a distância”, dependerá do sistema de tutoria adotado pela Instituição e da disponibilidade ou não de profissionais formados em Administração nos municípios Polos;
- Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;
- Coordenação de Estágio: responsável pela gestão e acompanhamento do estágio dos estudantes do Curso;
- Coordenação de Tutoria: responsável pelo acompanhamento e desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores e acompanhamento e supervisão das atividades dos tutores envolvidos com o Curso;
- Coordenação do Curso: responsável pela gestão acadêmica do Curso.

A figura 2 esquematiza a estrutura administrativo-pedagógica do Curso.

Figura 2 Componentes da ação formativa no curso de Administração Pública – a distância



Fonte: Adaptada de Preti (1996).

Assim organizada, a “instituição ensinante” pode oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presentes constantemente:

- **A estrutura organizativa:** composta pelos subsistemas de concepção,

produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Polos de Apoio Presencial.

- **A comunicação:** que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente do estudante, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.
- **O trabalho cooperativo:** é fruto de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, *webdesigner*, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

7.1. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A FaPP/UEMG contará com a seguinte equipe multidisciplinar, devidamente composta por:

- Professores pesquisadores;
- Tutores (presenciais e a distância);
- Equipe de apoio tecnológico e de logística;
- Coordenação de Estágio;
- Coordenação de Tutoria;
- Coordenação do Curso.

7.2. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá com a realização dos seguintes cursos:

- I. Curso “Formação de Autores para Conteúdos de EAD” - 60 horas
- II. Formação de Tutores – 60 horas
- III. Curso AVA – Plataforma Moodle

7.3. DOCENTES QUE PARTICIPAM DA GESTÃO DO CURSO

Quadro 5 - Docentes que participam da gestão do Curso

Função	Formação	Titulação	Dedicação
Coordenação do Curso Cynthia Rúbia Braga Gontijo	Ciências Humanas/ Pedagogia	Doutorado	40 horas
Coordenação de Estágios Juliana Cordeiro Soares Branco	Ciências Humanas/ Pedagogia	Doutorado	40 horas

Observação: o Anexo 3 apresenta os docentes que participam do curso.

8. INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO- ADMINISTRATIVA

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- Processos de orientação e avaliação próprios;
- Monitoramento do percurso do estudante; e
- Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa, preveem:

Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Pólos com a IPES e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na IPES, com a garantia de:

- Diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- Designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- Manutenção dos núcleos tecnológicos na FaPP/UEMG e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- Organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a FaPP/UEMG.

Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico.

Ao que concerne à produção, revisão e disponibilização do material didático, a estrutura pedagógica de EaD do Curso de Administração Pública conta com os seguintes atores: Coordenador(a) do Curso de Administração Pública – EAD, coordenador(es) de Laboratório de Informática e professores pesquisadores, que serão responsáveis pela elaboração, revisão e disponibilização do material didático, atividades, avaliação, entre outras; tutores presenciais e a distância, que serão os mediadores entre os alunos e Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Todos os atores da estrutura pedagógica de EaD têm como função básica assistir ao estudante, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado.

8.1. SELEÇÃO DE PROFESSORES PESQUISADORES E TUTORES

Para atuar no curso de Administração Pública da FaPP/UEMG, no âmbito da UAB, o corpo docente (Professores Pesquisadores) será composto por professores que já pertençam ao quadro da Unidade. Caso não seja possível, e em observância aos requisitos das funções a serem executadas, a UEMG fará a seleção de outros docentes com base em edital específico.

A formação destes profissionais para trabalhar com EAD ocorreu através de cursos de formação como: “Curso de formação de professores das unidades da UEMG em plataforma virtual – “Educação mediada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação”, “Formação de conteudistas para EAD” e “Formação de tutores para EAD”. Cursos estes que foram e estão sendo desenvolvidos pelo CEPEAD/NEAD e levam em conta a complexidade dos fundamentos da EAD, o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem, as metodologias e recursos utilizados nessa modalidade de ensino, as formas de interação entre professores e alunos, etc.

8.2. SISTEMA DE TUTORIA

A tutoria no curso de Administração Pública como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores pesquisadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Seminários Temáticos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele coloca-se em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela

IPES antes do início do curso e ao longo do curso.

Funções específicas da tutoria

Com relação à dimensão do acompanhamento e avaliação do processo ensino aprendizagem são funções da tutoria:

- Participar dos cursos e reuniões para aprofundamento teórico relativo aos conteúdos trabalhados nas diferentes áreas;
- Realizar estudos sobre a educação a distância;
- Conhecer e participar das discussões relativas à confecção e uso de material didático;
- Auxiliar o aluno em seu processo de estudo; orientando-o individualmente ou em pequenos grupos;
- Estimular o aluno a ampliar seu processo de leitura, extrapolando o material didático;
- Auxiliar o aluno em sua autoavaliação;
- Detectar problemas dos alunos, buscando encaminhamentos de solução;
- Estimular o aluno em momentos de dificuldades para que não desista do curso;
- Participar ativamente do processo de avaliação de aprendizagem;
- Relacionar-se com os demais orientadores, buscando contribuir para aprimorar o processo de avaliação do curso.

Também são funções de tutoria:

- Avaliar com base nas dificuldades apontadas pelos alunos, os materiais didáticos utilizados no curso;
- Apontar as falhas no sistema de tutoria;
- Informar sobre a necessidade de apoio complementar não previsto pelo projeto;
- Mostrar problemas relativos à modalidade de EaD, a partir das observações e das críticas recebidas dos alunos;
- Participar do processo de avaliação do curso.

Como recursos para interlocução poderão ser utilizados:

- Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle

de cada estudante, entre outros;

- Videoaulas;
- Telefone;
- E-mail.

8.3. ENCONTROS PRESENCIAIS

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

Quadro 6 Distribuição da Carga Horária Presencial nos polos de apoio presencial

Atividade presencial	Carga- horária semestral (horas)	Carga- horária total no curso (horas)	Considerações
Atividades Gerais Seminários introdutórios e temáticos, Avaliação	40	360	4 encontros semestrais, com duração de 8 horas cada.

8.4. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

O material básico do Curso (apostilas) é encaminhado para a IPES pela própria UAB/CAPEL, sendo que a responsabilidade de reprodução e distribuição das apostilas fica a cargo da Universidade. A produção do conteúdo e das atividades que serão disponibilizadas na plataforma é realizada pelos professores pesquisadores, com o apoio da equipe técnica do Curso.

9. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

9.1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional da UEMG está prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional e tem a finalidade de garantir um ensino cada vez melhor que traduza, com clareza, seus compromissos com a sociedade mineira.

A coleta dos dados vem sendo realizada através de pesquisa eletrônica aplicada via internet dirigida a cada grupo de respondentes (alunos, professores, coordenadores, técnicos administrativos, comunidade externa e alunos egressos) com perguntas agrupadas da seguinte forma: sobre a Universidade, sobre a unidade em que estuda, atua ou presta serviço; sobre a direção, projetos e política educacional; sobre a infraestrutura física organizacional; sobre a infra-estrutura física; sobre a infraestrutura para o trabalho; sobre as relações interpessoais e sobre os cursos de maneira geral.

Como um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição, através dessa coleta é possível extrair o máximo de informações úteis, de modo a se promover um processo de autoconhecimento para repensar objetivos, modos de atuação e resultados na perspectiva de um ajustamento ao seu projeto pedagógico. A partir desses resultados é possível, também, orientar a Instituição no

sentido do reconhecimento de suas potencialidades e deficiências, na busca de perspectivas inovadoras, criando, assim, uma cultura organizacional.

9.2. AVALIAÇÃO DOS SUBSISTEMAS DE EAD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, será aplicada a avaliação, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores pesquisadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- Desempenho do estudante;
- Desempenho dos tutores;
- Desempenho dos professores pesquisadores;
- Adequação do sistema de tutoria;
- Adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- Qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- Desempenho da coordenação do curso; e
- Eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados:

- Questionários impressos e/ou digitais;
- Entrevistas semiestruturadas.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

9.3. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- Buscar interação permanente com os colegas, os professores pesquisadores e com os coordenadores todas as vezes que sentir necessidade;
- Obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- Desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

A avaliação da aprendizagem no Curso de Administração Pública da FaPP/UEMG, modalidade a distância, far-se-á nos termos previstos no Regimento Interno da UEMG, em seus artigos 34 a 38:

Art. 34 - A avaliação do rendimento escolar é feita em cada disciplina, em função do aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes das atividades exigidas do aluno.

§ 1.º - É assegurado ao estudante o direito de revisão de prova e trabalhos escritos, desde que requerida no prazo estipulado pela Unidade de Ensino;

§ 2.º - A revisão de provas e trabalhos deverá ser feita, de preferência, na presença do aluno.

Art. 35 - É obrigatório o comparecimento do aluno às aulas e às demais atividades previstas no § 1.º do art. 7.º.

Parágrafo único - O aluno que não tiver frequentado pelo menos setenta e cinco por cento das atividades escolares programadas estará automaticamente reprovado.

Art. 36 - A avaliação do rendimento em cada disciplina é feita por pontos cumulativos, em uma escala de zero (0) a cem (100).

Parágrafo único – Nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a quarenta (40) pontos.

Caso o aluno não obtenha, no mínimo, 60 pontos em cada uma das disciplinas e/ou apresente frequência obrigatória, a recuperação irá obedecer às normas estabelecidas pelo COEPE - O Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais, RESOLUÇÃO Nº 66/2008, que estabelece as normas gerais para cumprimento de disciplinas em regime de dependência nas Unidades da UEMG. Entretanto, considerando as especificidades do projeto e do Curso e, ainda, a duração do Convênio CAPES/UAB/UEMG, não será aplicado o disposto no parágrafo 1º do art. 3º dessa Resolução, já que a Unidade não poderá assegurar a implantação de novas turmas deste Curso. Da mesma forma não poderá ser aplicado o inciso 2 do art. 4º, mesmo dispositivo legal, no que se refere ao número mínimo de alunos para formação de turma especial.

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- Durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- Durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro; e
- Ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores pesquisadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

10. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão:

- Atividades de Bate-Papo (chat), que serão programadas de acordo com o cronograma previamente estabelecido, contando com a orientação dos tutores presenciais e a distância.
- Trocas de mensagens instantâneas no ambiente com o intuito de esclarecer dúvidas e dificuldades dos participantes.
- Telefone;
- *Webconferência*.

Como processos de comunicação diacrônicos serão utilizados:

- Atividade de Fórum de Discussão onde alunos e tutores constroem coletivamente os saberes postando novas mensagens continuamente.
- Atividades de tarefas onde acontece o desenvolvimento de atividades com a observação dos tutores.
- *E-mail*.

Os modelos de atividades serão definidos pelos professores pesquisadores podendo ser baseadas em entregas de portfólio, textos, sínteses, resenhas, fichamentos, resumos, dentre outros.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo Tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor pesquisador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade, etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-

aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor- professor pesquisador.

ANEXO 1 – FLUXO DOS MÓDULOS E DISCIPLINAS

Matriz Curricular do Curso																	
1º MÓDULO	2º MÓDULO	3º MÓDULO	4º MÓDULO	5º MÓDULO	6º MÓDULO	7º MÓDULO	8º MÓDULO	9º MÓDULO									
Filosofia, Ética	60	Ciência Política	60	Teorias da Adm. Pública	60	Teorias das Finanças Públicas	60	Planejamento e Programação na Adm. Pública	60	Orçamento Público	60	Auditoria e Controladoria	60	Políticas Públicas e Sociedade	60	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	60
Teorias da Administração I	60	Teorias da Administração II	60	Sociologia Organizacional	60	Organização, Processos e Tomada Decisão	60	Gestão de Pessoas no Setor Público	60	Administração Estratégica	60	Negociação e Arbitragem	60	Relações Internacionais	60	Licitação, Contratos e Convênios	60
Introdução à Economia	60	Macroeconomia	60	Economia Brasileira	60	SIC para o Setor Público	60	Gestão de Operações e Logística I	60	Gestão de Operações e Logística II	60	Tecnologia e Inovação	60	Empreendedorismo Governamental	60	Elaboração de TCC	30
Psicologia Organizacional	60	Contabilidade Geral	60	Contabilidade Pública	60	Estatística Aplicada à Administração	60	Matemática Financeira e Análise de Investimento	60	Elaboração e Gestão de Projeto	60	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	60				
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	60	Matemática para Administradores	60	Instituições de Direito Público e Privado	60	Direito Administrativo	60	Direito Empresarial	30	Direito e Legislação Tributária	30	Gestão da Regulação	30				
										Atividade Complementar	30	Atividade Complementar	30	Atividade Complementar	30	Atividade Complementar	30
Seminário Integrador	30	Seminário Temático I	30	Seminário Temático II	30	Seminário Temático III	30	Sem. Tem. LFE I	30	Sem. Tem. LFE I	30	Sem. Tem. LFE I	30	Sem. Tem. LFE I	30		
								Sem. Tem. LFE II	30	Sem. Tem. LFE II	30	Sem. Tem. LFE II	30	Sem. Tem. LFE II	30		
								Sem. Tem. LFE III	30	Sem. Tem. LFE III	30	Sem. Tem. LFE III	30	Sem. Tem. LFE III	30		
Atividades de Nivelamento		Optativa (Selecionar 1 das 3 disponibilizadas no currículo)				60	Estágio Curricular Supervisionado						300	Total: 3.060			

ANEXO 2 – EMENTÁRIO

As ementas referentes aos módulos da estrutura curricular apresentada constituem-se de:

MÓDULO 1

FILOSOFIA E ÉTICA – 60 horas – 4 créditos Ementa:

Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar. Filosofia e outras formas de conhecimento humano. Características gerais dos grandes períodos da história da filosofia. Conceito de ética. Ética como problema teórico e como problema prático. Ética e responsabilidade. Teorias morais. Ética e “ética profissional”. Ética e política.

Referências Básicas

APEL, Karl-Otto. **Estudos de moral moderna**. Petrópolis: Vozes, 1994. CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Referências Complementares

HADOT, Pierre. **O que é filosofia antiga?** São Paulo: Loyola, 1999. MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Ética**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

INTRODUÇÃO A ECONOMIA – 60 horas – 4 créditos

Conceitos e princípios de economia. Evolução do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balanço de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária

e déficit público. Desenvolvimento Econômico, fontes de crescimento, financiamento e modelos.

Referências Básicas

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. **Introdução à economia**. Tradução de Helga Hoffmam. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GREMAUD, Amaury Patrick; AZEVEDO, Paulo Furquim de; DIAZ, Maria Dolores Montoya. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. **Manual de introdução à economia**. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006.

Referências Complementares

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia** (Edição Compacta). Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2003. ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2004.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. **Economia**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2004.

METODOLOGIA DE ESTUDO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

Métodos de estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de texto. Ciência, metodologia e pesquisa em administração. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

Referências Básicas

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry, *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

- DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008. GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LUCKESI, Carlos *et al.* **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos

Contribuições das teorias psicológicas para o campo do estudo das organizações. Impacto dos diversos modos de organização do trabalho na vida e saúde das pessoas. Temas da psicologia na interface com os estudos organizacionais: motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão e conflito. Processo de liderança.

Referências Básicas

- BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. **Psicodinâmica da Vida Organizacional**. São Paulo: Atlas, 1997.
- SCHEIN, Edgard H. **Psicologia organizacional**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.
- ZANELLI, José C.; BORGES, Jairo; BASTOS, Antonio V. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Complementares

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. **Psicologia aplicada à administração de empresas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 1996.

LANE, Silvia; CODO, Wanderley. **Psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I – 60 horas – 4 créditos

Introdução à Administração: mercado de trabalho; conceito de administração; o Administrador e seu papel na sociedade atual; formação e legislação profissional. As organizações: conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais. Composição Organizacional e Processo Administrativo. Novas tendências.

Referências Básicas

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da administração**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

Referências Complementares

BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. **Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo**. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

CARAVANTES, Geraldo R. *et al.* **Administração: teorias e processos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FARIA, José C. **Administração: introdução ao estudo**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

STONER, James Arthur. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

SEMINÁRIO INTEGRADOR – 30 horas – 2 créditos

O seminário integrador será o primeiro momento presencial dos alunos. Seu principal objetivo será a acolhida deles na UEMG e a apresentação dos conceitos e princípios que embasam a modalidade de educação a distância. Neste momento, serão apresentados os professores e o Projeto Pedagógico do curso. O momento também será oportuno para que os alunos sanem as dúvidas, inclusive com relação ao uso da Plataforma Moodle.

MÓDULO 2

CIÊNCIA POLÍTICA – 60 horas – 4 créditos

Conceitos básicos em ciências políticas ao invés de objeto; Fundamentos teóricos das ciências políticas; Formas de governo e regimes políticos; Representação e sistemas partidários.

Referências Básicas

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. **Ciência política**. Brasília: Vestcon, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro : LCT, 1998.

Referências Complementares

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

LEO MAAR, Wolfgang. **O que é política**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1995. WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1992.

CONTABILIDADE GERAL – 60 horas – 4 créditos

Elementos de Contabilidade: definições. Aplicação. Exigências legais e finalidades de Contabilidade. Organização das unidades econômicas. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Demonstrações contábeis.

Apuração do resultado do exercício. Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício. Aspectos fundamentais da teoria contábil. Análise das informações contábeis.

Referências Básicas

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – PRONUNCIAMENTOS.

Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

IUDICIBUS, Sérgio *et al.* **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**

(com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências Complementares

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – PRONUNCIAMENTOS.

Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

MACROECONOMIA – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação.

Referências Básicas

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. **Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira**. São Paulo: Alínea, 2006. BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007. MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Referências Complementares

CARVALHO, José L. *et al.* **Fundamentos de economia: Macroeconomia**. v. 1, São Paulo: Cengage Learning, 2008.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron, 1991.

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos

Teoria dos Conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites. Continuidade. Derivadas. Aplicação do conteúdo estudado em problemas administrativos.

Referências Básicas

BOULOS, Paulo. **Cálculo diferencial e integral**. Vol. 1. São Paulo: Makron Books, 1999.

SILVA, Fernando Cesar Marra e; ABRÃO, Mariângela. **Matemática básica para decisões administrativas**. São Paulo: Atlas, 2007.

WHIPKEY, Kenneth L.; WHIPKEY Mary Nell. **Cálculo e suas múltiplas aplicações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

Referências Complementares

LARSON, Roland E.; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. **Cálculo com aplicações**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO II – 60 horas – 4 créditos

Escolas e Evolução do Pensamento Administrativo. Gestão por função e gestão por processos. Sistema administrativo e mudança organizacional.

Referências Básicas

MARTINS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

MOTTA, Fernando C. P.; VANCONCELLOS, Isabella F. G. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Pioneira Thonsom, 2005.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

Referências Complementares

SALDANHA, Clezio. **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Arídio *et al.* **Sistemas de informação na administração pública**. Rio de Janeiro:

Revan, 2004.

WREN, Daniel A. **Idéias de administração: o pensamento clássico**. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Idéias de administração: o pensamento moderno**. São Paulo: Ática, 2007.

SEMINÁRIO TEMÁTICO I – 30 horas – 2 créditos

O Seminário Temático I compreende o desenvolvimento de uma pesquisa acerca do tema Gestão da Educação. Os alunos com o apoio dos tutores e professores construirão um estudo prospectivo sobre o tema, relacionando-o com contexto no qual estão inseridos. No encontro presencial estes trabalhos serão apresentados, debatidos e avaliados pela equipe pedagógica do curso.

MÓDULO 3

CONTABILIDADE PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

Referências Básicas

ANGELICO, João. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Atlas, 1994.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios**. São Paulo. 3ª ed. Atlas. 2007

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília: autor-editor, 2009.

Referências Complementares

CRUZ, Flavio da *et al.* **Comentários à Lei nº 4.320: normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. São Paulo, Atlas: 2008.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo, Atlas, 2007.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO Jr., J. Teixeira. **A Lei 4.320 comentada**. Rio de Janeiro: IBAM, 1998.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. São Paulo: Atlas, 2004.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal**. São Paulo: Atlas, 2003.

ECONOMIA BRASILEIRA – 60 horas – 4 créditos

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

Referências Básicas

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). **Economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989)**. 15. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997. WERNER, Baer. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO – 60 horas – 4 créditos

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de

Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo; Poder legislativo: função, organização, garantias; Poder Judiciário: funções, organização, garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta; Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem.

Referências Básicas

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Malheiros, 2009. DI CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências Complementares

PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2009.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2009.

SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos

A Sociologia e seu objeto de estudos. Conceitos básicos: relação social, estrutura e paradigmas de relacionamento, socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Organização formal e organização informal. Atitudes, valores e comportamento nas organizações. Cultura organizacional: tipologia, características e planejamento de mudanças.

Referências Básicas

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. **Sociologia aplicada à administração**.

São Paulo: Saraiva, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR João Benajamim. **Repensando as organizações**.

Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

Referências Complementares

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização**. São Paulo: Atlas, 1992. HERSEY, Paul P.; BLANCHARD, Kenneth H. **Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional**. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

STONER, James A. F. **Administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos

O estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. *Accountability* e *Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

Referências Básicas

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). **Reforma do estado e da administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Referências Complementares

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: reestruturação do estado e perda dos direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do “folclore” e o “fato”. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 304-318, Dez. 2001. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a07.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2009. MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **O que é burocracia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SEMINÁRIO TEMÁTICO II – 30 horas – 2 créditos

O Seminário Temático II compreende o desenvolvimento de uma pesquisa acerca do tema “Gestão Municipal”. Os alunos com o apoio dos tutores e professores construirão um estudo prospectivo sobre o tema, relacionando-o com contexto no qual estão inseridos. No encontro presencial estes trabalhos serão apresentados, debatidos e avaliados pela equipe pedagógica do curso.

MÓDULO 4

DIREITO ADMINISTRATIVO – 60 horas – 4 créditos

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

Referências Básicas

ANTUNES ROCHA, Cármen Lúcia. **Princípios constitucionais dos servidores públicos**.

São Paulo: Saraiva, 1999.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2009.

Referências Complementares

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2005.

ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

Fases do método estatístico. Dados brutos e derivados. Medidas de tendência central, separatrizes, medidas de dispersão. Probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostras e populações. Testes de hipóteses.

Referências Básicas

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada a gestão empresarial**. São Paulo. Editora Atlas, 2007.

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística básica**. São Paulo: Editora Atual, 2002.

MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. **Estatística para administração e economia**. Traduzido por Fabrício Pereira Soares e Fernando Sampaio Filho. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

Referências Complementares

COSTA NETO, Pedro L. de Oliveira. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.

LARSON, Ron; FARBER, Bruce H. **Estatística aplicada**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LEVINE, David. M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. **Estatística: teoria e aplicações (usando o Microsoft Excel em português)**. Rio de Janeiro: LTC editora, 2000.

PEDROSA, Antônio Carvalho; GAMA, Silvério M. A. **Introdução computacional à probabilidade e estatística**. Porto Editora, 2004.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos de sistemas, processos e informações; Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público e privado; Gestão de tecnologia da informação no setor público; Planejamento Estratégico e Tecnologia da Informação; Governo Eletrônico; Governança Tecnológica; Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas.

Referências Básicas

CASSARRO, Antonio Carlos. **Sistema de informações para tomada de decisões**. São Paulo: Pioneira, 1999.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Gerenciamento de sistemas de informação**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

STAIR, Ralph M. **Sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

Referências Complementares

BOAR, Bernard. **Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico**. 2. ed. São Paulo: Berkeley, 2002.

LAURINDO, Fernando. **Tecnologia da informação: eficácia das organizações**. São Paulo: Futura, 2003.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS – 60 horas – 4 créditos

Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. O problema previdenciário no Brasil. Reforma tributária e federalismo fiscal.

Referências Básicas

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

Referências Complementares

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E TOMADA DE DECISÃO – 60 horas – 4 créditos

Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Processos: fluxogramas e otimização. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. A função decisão no contexto da Administração. Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão.

Referências Básicas

ALMEIDA, Adiel Teixeira. **Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério**. São Paulo: Atlas, 2002.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. **Organização, sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão**. São Paulo: Makron Books, 1997.

Referências Complementares

ARAÚJO. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. Vol. I. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Organização, sistemas e métodos**. Vol. II. São Paulo: Atlas, 2006. MOTTA,

Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

RAMOS, Guerreiro Alberto. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SIMON, Herbert Alexander. **Comportamento administrativo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

SEMINÁRIO TEMÁTICO III – 30 horas – 2 créditos

O Seminário Temático III compreende o desenvolvimento de uma pesquisa acerca do tema Gestão Pública. Os alunos com o apoio dos tutores e professores construirão um estudo prospectivo sobre o tema, relacionando-o com contexto em que estão inseridos. No encontro presencial estes trabalhos serão apresentados, debatidos e avaliados pela equipe pedagógica do curso.

MÓDULO 5

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I – 60 horas – 4 créditos

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.

Referências Básicas

BALLOU, Ronald H.. **Logística Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

FRANCISCHINI, Paulino, G.; GURGEL, Floriano do Amaral. **Administração de Materiais e do Patrimônio**. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2004.

KEEDI, Samir. *Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga*. São Paulo:

Aduaneiras, 2006.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2003.

VIANA, João, J. **Administração de Materiais**: um enfoque prático, São Paulo: Atlas, 2008.

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Evolução da gestão de pessoas. Conceitos da gestão de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Planejamento estratégico de pessoas. Gestão de equipes, gestão por competências e gestão do conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores públicos. Cargos e salários. Programas de incentivos e benefícios. Prêmios e recompensas. Desenvolvimento de pessoas. Políticas de desenvolvimento de servidores. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Avaliação de desempenho individual. Sistemas de informações gerenciais na gestão de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público.

Referências Básicas

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas**: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos – PRH**: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

DIREITO EMPRESARIAL – 30 horas – 2 créditos

Envolve conceitos sobre Direito Empresarial e sua evolução. Pessoas Físicas e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Empresário. Empresa. Estabelecimento Empresarial. Obrigações profissionais do Empresário. Sociedades Empresariais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e Recuperação Judicial.

Referências Básicas

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito Societário**. 8.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. v.02. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Curso de Direito Empresarial**. 2.ed. São Paulo: Jus Podium, 2008.

Referências Complementares

FAZZIO JR., Waldo. **Direito Comercial**. 7.ed. Coleção Fundamentos Jurídicos, v. 12. São Paulo: Atlas, 2008a.
_____. **Manual de Direito Comercial**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2008b. MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 22.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
RESTIFFE, Paulo Sérgio. **Manual do Novo Direito Comercial**. São Paulo: Dialética, 2006.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTO – 60 horas – 4 créditos

Capitalização simples e composta. Descontos simples e compostos. Equivalência de fluxos de caixa em regimes de capitalização simples e composta. Anuidades ou rendas. Sistemas de amortização. Inflação e correção monetária. Fluxos de caixa e análise de investimentos. Critérios econômicos de avaliação de projetos: taxa interna de retorno, valor presente líquido e índice de lucratividade.

Referências Básicas

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática Financeira e suas aplicações**. São Paulo: Atlas, 2008.
FARO, Clóvis F. **Fundamentos de matemática financeira**. São Paulo: Saraiva, 2006.
MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. **Matemática Financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

ASSAF NETO; LIMA, Francisco Glauber. **Curso de administração financeira.**

São Paulo: Atlas, 2008.

FARIA, Rogério Gomes. **Matemática Comercial e Financeira.** São Paulo: Ática, 2007.

PUCCINI, Abelardo Lima. **Matemática financeira objetiva e aplicada.** São Paulo: Saraiva, 2008.

PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos

Planejamento e políticas públicas. Teorias e modelos de planejamento governamental. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Métodos, técnicas/características e etapas Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Evolução do planejamento governamental no Brasil. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo: concepção, estrutura e sistema do PPA.

Referências Básicas

IANNI, Otávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HUERTAS, Franco. **O método PES: entrevista com Matus.** São Paulo: FUNDAP, 1996.

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente: governantes governados.** São Paulo: FUNDAP, 1997.

Referências Complementares

CARVALHO, Horácio M. **Introdução à teoria do planejamento.** São Paulo: Brasiliense, 1976.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não.** 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MATUS, Carlos. **Estratégias políticas.** São Paulo: FUNDAP, 1996.

LAFER, Betty M. **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1970

SEMINÁRIO TEMÁTICO I NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

No módulo V, o estudante fará opção por uma das Linhas de Formação Específica que irá dirigir sua formação, elaborando, no Seminário Temático I da LFE, um projeto de pesquisa a partir de um problema identificado na fase de diagnóstico e fundamentado na literatura estudada nos seminários. Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras, dentre outros.

MÓDULO 6

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA – 60 horas – 4 créditos

Evolução do pensamento estratégico. Administração Estratégica e Planejamento Estratégico. Vantagens e desvantagens do Processo de Planejamento Estratégico. Etapas do processo de Planejamento Estratégico na Administração Pública: implantação, controle e avaliação do processo de Planejamento Estratégico.

Referências Básicas

HITT, Michel A.; IRELAND, R. Duane.; HOSKISSON, Robert E. **Administração estratégica: competitividade e globalização**. São Paulo: Thompson, 2008.

JOHNSON, Guerry; SCHOLLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. **Explorando a estratégia corporativa**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

THOMPSON Jr., Arthur A.; STRICKLAND III, Alonzo J. **Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução**. São Paulo: Pioneira,

Referências Complementares

HITT, Michel A.; IRELAND, R. Duane.; HOSKISSON, Robert E. **Administração estratégica: competitividade e globalização**. São Paulo: Thompson, 2008.

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS – 60 horas – 4 créditos

Planejamento e projeto: conceituação, Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de

recursos e estimativas. Definição dos controles de planejamento do projeto. Criação do plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos.

Referências Básicas

CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JUNIOR, Roque. **Gerenciamento de projetos na prática** (casos brasileiros). São Paulo: Atlas, 2006.

CLEMENTE, Ademir (Org.). **Projetos empresariais e públicos**. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Referências Complementares

CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. **Gestão de projetos**. São Paulo: Thomson, 2007.

CONTADOR, Cláudio R. **Projetos sociais: avaliação e prática**. 4. ed. São Paulo:

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. PMI. PMI-BOK – **Book of Knowledge**. Trad. Equipe PMI-MG. Belo Horizonte: PMI/MG, 2002.

DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – 30 horas – 2 créditos

Conceitos de Direito Tributário, tais como, conhecimento sobre ramos do Direito Público, com ênfase no ramo do Direito Tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal e tributos em espécie.

Referências Básicas

BATISTA JUNIOR, O. A. **O Planejamento Fiscal e a Interpretação no Direito Tributário**. Belo Horizonte: Melhoramentos, 2002.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Referências Complementares

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. BORGES, H. B. **Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. 6.ed. rev. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Auditoria de Tributos: IPI, ICMS e ISS**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Gerência de Impostos: IPI, ICMS e ISS**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001. CAMPOS, C. H. **Planejamento Tributário**. 2.ed. São Paulo, Atlas, 1985.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 29.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA II – 60 horas – 4 créditos

Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço. Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações. Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas. Planejamento e gestão da rede de operações e serviço.

Referências Básicas

ARNOLD Jr., Tony. **Administração de materiais: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1999.

JOHNSTON, Robert; CLARK, Grahlan. **Administração de Operações de Serviço**. São Paulo: Atlas, 2002.

SLACK. Nigel *et al.* **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 2002.

Referências Complementares

FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços**. Porto Alegre: Bookman, 1998.

ORÇAMENTO PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

Referências Básicas

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2. ed. Brasília: Editora Paulo Henrique Feijó, 2008.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 11. ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA, Alexandre B. **Planejamento Governamental no Brasil**. Brasília: Departamento de Administração da Universidade de Brasília. Disponível em:

<<http://www.angelfire.com/ar/rosa01/page16.html>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

Referências Complementares

CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. *Anais do IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Madrid, España, 2004. Disponível em:

<<http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2009. FREITAS, Mário S.

N. **Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica**. Bahia Análise e Dados. Salvador, 2003. Disponível em:

<http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/financas/pag_09.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2009.

GARCIA, Ronaldo C. **Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental**. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em:

<www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_apoio_ronaldo_garcia.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2009.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. **Algumas observações sobre orçamento impositivo no**

Brasil: planejamento e políticas públicas, 2003. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf#page=6>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

SEMINÁRIO TEMÁTICO II NA LFE I, LFEII ou LFEIII – 30 horas – 2 créditos

No Seminário Temático II o estudante desenvolverá as atividades previstas em seu plano de trabalho, elaborado no Módulo V. Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras, dentre outros.

MÓDULO 7

AUDITORIA E CONTROLADORIA – 60 horas – 4 créditos

Probidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria.

Referências Básicas

CRUZ, Flávio da. **Auditoria governamental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBURGER, Darci. **Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. **Manual de auditoria governamental**. São Paulo: Atlas, 2003

Referências Complementares

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. **Controle interno nos municípios**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

SLOMSKY, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Gerson dos. **Manual de administração patrimonial**. Florianópolis: Papa-livro,

2003.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GESTÃO DA REGULAÇÃO – 30 horas – 2 créditos

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência; O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos; Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil; Defesa do Consumidor; Defesa da Concorrência. O marco regulatório brasileiro: legislação, órgãos e entidades (nacionais, estaduais e municipais).

Referências Básicas

CAMARGO, Ricardo A. L. **Agências de regulação no ordenamento jurídico- econômico brasileiro**. Porto Alegre: Fabris, 2000.

MOLL, Luiza Helena. **Agências de regulação do mercado**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

PINDICK, Robert. S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

Referências Complementares

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **A organização e controle social das agências reguladoras: crítica aos anteprojetos de lei**. Porto Alegre: ABAR, 2004.

SALGADO, Lucia H. **A economia política da ação antitruste**. São Paulo: Singular, 1997.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, Economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM – 60 horas – 4 créditos

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral.

Referências Básicas

BURBRIDGE, R. Marc *et al.* **Gestão de negociação**. São Paulo: Saraiva, 2005. CARMONA, Carlos A. **Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINELLI, Dante P.; GHISI, Flávia A. **Negociação: aplicações práticas de uma abordagem sistêmica.** São Paulo: Saraiva, 2006.

Referências Complementares

CARVALHAL, Eugênio do *et al.* **Negociação e administração de conflitos.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FALJONE, Ademar. **Negociações sindicais: como negociar em tempos de globalização.** São Paulo: Makron Books, 1998.

HIRATA, Renato H. **Estilos de negociação.** São Paulo: Saraiva, 2007. MAGRO, Maíra; BAETA, Zínia. **Guia valor econômico de arbitragem.** Rio de Janeiro: Globo, 2004.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – 60 horas – 4 créditos

História da tecnologia. Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. Principais condicionantes do processo de inovação tecnológica. Gestão da inovação tecnológica. Avaliação de projetos de P&D. Financiamento para a inovação no Brasil. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais. Novas tecnologias e suas implicações sociais. As TICs em foco.

Referências Básicas

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (Orgs.). **Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos.** São Paulo: Atlas, 2008.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Referências Complementares

BRUNO, Lúcia (Org.) **Organização, trabalho e tecnologia.** São Paulo: Atlas, 1986.

TARAPANOFF, Kira (Org.) **Inteligência organizacional e competitiva.** Brasília: Editora UNB, 2001.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate.** São Paulo: Editora Senac, 2006.

GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA– 60 horas – 4 créditos

Conceito, gênese e tipos de redes, modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação, redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.

Referências Básicas

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. (Orgs.) **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico.**

Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (Orgs.). **Redes Sociais e Organizacionais em Administração.** Curitiba: Juruá, 2008.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (Org.). **Governar em rede: o novo formato do setor público.** São Paulo: Editora Unesp, 2006. (Esta é uma publicação da ENAP).

Referências Complementares

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FLEURY, Sonia; OUVENEY, Assis M. **Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde,** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

NETO, João Amato. **Redes Entre Organizações.** São Paulo: Atlas, 2001. SCHLITTLER, Célia Regina Belizia. **Redes de Desenvolvimento Comunitário: Iniciativas para a transformação social.** São Paulo: Global Editora, 2004.

SEMINÁRIO TEMÁTICO III NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

No Seminário Temático III o estudante desenvolverá as atividades previstas em seu plano de trabalho, elaborado no Módulo VI. Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras, dentre outras atividades.

MÓDULO 8

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE – 60 horas – 4 créditos

Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental. Estado, mercado e esfera pública. O Estado de Bem-estar Social, a formação da cidadania moderna e o desenvolvimento da democracia. Histórico do Estado de Bem-estar Social. Tipologias de Estados de Bem-estar Social. A formação da Agenda Pública. A questão da decisão e da não-decisão. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Implementação e avaliação das políticas públicas. Tendências das políticas públicas no início do Século XXI. Liberalismo, social democracia e políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. A participação da sociedade na decisão e acompanhamento da execução das políticas públicas: a gestão democrática.

Referências Básicas

DAGNINO, Eveline. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André. (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Orgs). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, vol. 2. 2006. Disponível em: <www.ena.gov.br>. Acesso em: 9 abr.

Referências Complementares

LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André. (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS – 60 horas – 4 créditos

Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles que têm ocupado a agenda dos governos nos anos de 1990, tais

como as organizações internacionais e não- governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo.

Referências Básicas

RESENDE, Paulo-Edgar; DOWBOR, Laislau; IANNI, Octavio (orgs.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2002.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. **O que são relações internacionais**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

Referências Complementares

PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salete (orgs.). **Terrorismos**. São Paulo: Educ, 2006.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (orgs.). **Cidades em relações internacionais**. São Paulo: Desatino, 2009.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; MARIANO, Marcelo (orgs.). **Dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Unesp/Educ, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações exteriores do Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008

EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL– 60 horas – 4 créditos

Fundamentos do Empreendedorismo – definição e origem; migração do Estado patrimonialista ao Estado empreendedor; empreendedorismo privado x público; razões do empreendedorismo. Gestão Empreendedora – análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações; casos de sucesso; gestão por resultados; Perfil e Comportamento Empreendedor – síndromes, mitos, características, habilidade inata ou comportamento aprendido, empreendedor e intraempreendedor, e empreendedor estratégico.

Referências Básicas

GERBER, Michael E. **Empreender Fazendo a Diferença**. São Paulo: Fundamento, 2004.

HERMANN, Ingo Louis. **Empreendedorismo e Estratégia**. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento Estratégico Municipal:** empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

Referências Complementares

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

BANDEIRA, Cynthia. **Aprender a Empreender.** Juiz de Fora: Esdeva, 2006. MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, Bruce. LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia.** Porto Alegre: Bookman, 2000.

SOLONCA, Davi. **Gestão por Resultados na Administração Pública.** 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.

SEMINÁRIO TEMÁTICO IV NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos

No Seminário Temático IV o estudante desenvolverá as atividades previstas em seu plano de trabalho, elaborado no Módulo VII. Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras, dentre outras atividades.

MÓDULO 9

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE – 60 horas – 4 créditos

A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável; a evolução da legislação ambiental; o novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental

Referências Básicas

BIDERMAN, Rachel *et al.* **Guia de compras públicas sustentáveis:** uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: FGV, 155

2006. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf>.

Acesso em: 12 mar. 2009.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson; SATTERTHWAITTE, David.

Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NASCIMENTO, Luís Felipe; LEMOS, Ângela Denise Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu.

Gestão Socioambiental Estratégica. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008.

Referências Complementares

BIDERMAN, Rachel *et al.* **Guia de compras públicas sustentáveis:** uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf>.

Acesso em: 12 mar. 2009.

LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS– 60 horas – 4 créditos

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle.

Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle.

Referências Básicas

CRUZ, Flávio da (Coord). **Lei de Responsabilidade Fiscal comentada.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** São Paulo, Atlas, 2009.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos.** Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

Referências Complementares

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo.** São Paulo: Saraiva, 2008. JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo.** São Paulo: Saraiva, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. Atualização de Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo, José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2009.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas: Papirus, 2003.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS L. Hunter. **Capitalismo Natural: criando a próxima Revolução Industrial**. São Paulo: Cultrix, 1999.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. Coleção Meio Ambiente – Série Educação Ambiental. IBAMA, Brasília, 2002.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

REDAÇÃO OFICIAL – 60 horas – 4 créditos

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

Referências Básicas

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. **Manual de Redação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

FLORES, Lúcia Locatelli. **Redação oficial**. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

Referências Complementares

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.

GOLD, Mirian. **Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. **Correspondência: técnicas de comunicação criativa**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. **Padronização e redação dos atos oficiais**. 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2003.

INFORMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos

Estrutura de computadores. Softwares. Aplicativos: processadores de textos, planilha eletrônica e apresentação de slides. Sistemas Computacionais: características, noções de modelagem de dados. Bancos de dados. Internet e páginas web. Correio Eletrônico: uso corporativo, atividades em grupo.

Referências Básicas

NORTON, Peter. **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2003.

STAIR, Ralph M. **Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

Referências Complementares

GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. **Sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informação com Internet**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.

REBOUÇAS DE OLIVEIRA, Djalma de Pinho. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007. TURBAN, Efraim; RAINER Jr., R. Kelly, POTTER, Richard E. **Administração de tecnologia da informação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – 60 horas – 4 créditos

Pressupostos teórico-históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – a qual se constitui como sistema linguístico das comunidades de pessoas surdas no Brasil. Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos.

Referências Básicas

- BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **LIBRAS em Contexto**. Brasília: SEESP, 1998.
- BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: SEESP, 1997.
- QUADROS, Ronice Muller de – KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira – Estudos Lingüísticos**. São Paulo: Artmed, 2004.

Referências Complementares

- CAPOVILLA, Fernando César – RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe – LIBRAS**. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2001
- MOURA, Maria Cecília de. O Surdo: **Caminhos para uma nova identidade**. São Paulo: Revinter, 2000.
- LODI, Ana Cláudia Balieiro e outros organizadores. **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- SACKS, Oliver. **Vendo Vozes** – Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

DISCIPLINA DE NIVELAMENTO

MATEMÁTICA BÁSICA – 60 horas – 4 créditos

Conjuntos e Relações. Potenciação, Radiação, Logaritmo e Exponencial. Produtos Notáveis. Razão, Proporção e Porcentagem. Frações. Equações de 1º e 2º graus. Inequações de 1º grau. Aplicações.

Referências Básicas

- BEZERRA, Manoel J.; PUTNOKI, José Carlos. **Novo Bezerra: Matemática (2º Grau)**. Volume Único. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1996.
- LEITHOLD, Louis. **Matemática Aplicada à Economia e Administração**. São Paulo: Harbra, 1988.
- WEBER, Jean E. **Matemática para Economia e Administração**. 2. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986.

Referências Complementares

ALENCAR FILHO Edgar de. **Teoria Elementar dos conjuntos**. 15. ed. São Paulo: Nobel, 1974.

INTRODUÇÃO A EaD – 30 horas – 2 créditos

Conceitos de EaD. A EaD e suas especificidades. Atores na EaD. Papel da tutoria. Avaliação na EaD. Ambientação na plataforma Moodle.

Referências Básicas

CASTRO, Artemis N. e SANTOS, Gilberto Pinheiro. **Fundamentos estruturais e pedagógicos em educação à distância**. Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, Liliana Dias; MACHADO, Elian de Castro. **O PAPEL DA TUTORIA EM AMBIENTES DE EAD**. On line. Disponível em:

<<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/022-TC-A2.htm>>. Acesso em: 13/02/2017.

MERCADO, Luis Paulo L. **Ferramentas de Avaliação na Educação Online**. Disponível em:

<http://libra.niee.ufrgs.br/niee/eventos/RIBIE/2008/pdf/ferramentas_avaluacion.pdf

>. 13/02/2017.

SILVA, A. C. R. **Educação a Distância e o seu Grande Desafio**: o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/012-tc-a2.htm>>. Acesso em 13/02/2017.

Referências Complementares

MENDES, Valdelaine. O trabalho do tutor em uma instituição pública de ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.28, n. 2, p.103-132, jun. 2012. MILL, Daniel et al. O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância: o tutor e sua importância nesse processo. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, ano 2, v. 2, n. 4, p. 112-127, ago./dez. 2008.

NESKE, Márcio Zamboni. **O papel do tutor a distância no processo de ensino e aprendizagem**. On line. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/download/MarcioNeske_SeminarioTutoria.pdf>. 13/02/2017.

SOUZA, D. L.; CASTRO, C. C.; ANTONIALLI, F. CORREA, R. D. S. Redes na educação a distância: uma análise estrutural do Sistema UAB em Minas Gerais. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 15, n. especial, p. 84-98, 2014.

ANEXO 3 – CORPO DOCENTE QUE PARTICIPA DO CURSO

Disciplina	Docente	Formação	Titulação	Dedicação
Administração Estratégica	Luciana Gelape dos Santos	Psicologia	Mestrado	20
Auditoria e Controladoria	Marina Aparecida Pimenta da Cruz	Direito	Mestrado	20
Ciência Política	Camila Adriana Silva Diniz	Serviço Social	Mestrado	20
Contabilidade Geral	José Marcelo Caetano	Ciências Contábeis	Especialização	20
Contabilidade Pública	José Marcelo Caetano	Ciências Contábeis	Especialização	20
Direito Administrativo	Henrique Lima Quites	Direito	Mestrado	20
Direito Empresarial	Carmem Lucia Freitas de Castro	Direito	Especialização	20
Economia Brasileira	Mario Fernando Valeriano Soares	Ciências Econômicas	Mestrado	20
Elaboração e Gestão de Projetos	Corina Alves Farinha	Administração de empresas	Mestrado	20
Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	Rogério Tobias	Administração	Mestrado	20
Empreendedorismo Governamental	Rogério Tobias	Administração	Mestrado	20
Licitação, Contratos e Convênios	Thiago Penido Martins	Direito	Doutorado	20
Estatística Aplicada à Administração	Renato Francisco dos Reis	Estatística	Mestrado	20
Filosofia e Ética	Patricia Rosania de Sá Moura	Psicologia	Doutorado	20
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	Bruno Spacek Godoy	Administração	Doutorado	20

Gestão da Regulação	Thiago Penido Martins	Direito	Doutorado	20
Gestão de Operações e Logística I	Corina Alves Farinha	Administração de empresas	Mestrado	20
Gestão de Operações e Logística II	Miriam Lucia Barbosa	Logística/Letras	Especialização	20
Gestão de Pessoas no Setor Público	Sirley Aparecida Araújo Dias	Serviço Social	Doutorado	20
Informática para Administradores (Optativa para o aluno)	Patrícia Nascimento Silva	Sistemas de Informação	Mestrado	20
Instituições de Direito Público e Privado	Karla da Silva Cosra Batista	Direito	Mestrado	20
Introdução à Economia	Mario Fernando Valeriano Soares	Ciências Econômicas	Mestrado	20
Direito e Legislação Tributária	Marina Aparecida Pimenta da Cruz Correa	Direito	Mestrado	20
Macroeconomia	Mario Fernando Valeriano Soares	Ciências Econômicas	Mestrado	20
Língua Brasileira de Sinais (Optativa para o aluno)	Cristina Alves Menezes Rocha	Pedagogia	Mestrado	20
Matemática Financeira e Análise de Investimentos	Renato Francisco dos Reis	Estatística	Mestrado	20
Matemática para Administradores	Priscila Rodrigues Gazire	Engenharia de Controle e Automação/Matemática	Mestrado	20
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Darli de Souza Dias	Letras	Mestrado	20
Negociação e Arbitragem	Sirley Aparecida Dias Araújo	Serviço Social	Doutorado	40
Orçamento Público	Rafael Divino de Vasconcelos	Ciências Econômicas	Mestrado	20
Planejamento e Programação na Administração Pública	Rogério Tobias	Administração	Mestrado	20

Políticas Públicas e Sociedade	Sirley Aparecida Dias Araújo	Serviço Social	Doutorado	20
Organização, Processos e Tomada de Decisão	Corina Alves Farinha	Administração de Empresas	Mestrado	20
Psicologia Organizacional	Bruno Otavio Arantes	Psicologia	Doutorado	20
Redação Oficial (Optativa para o aluno)	Vanda Rosignoli	Letras	Especialização	20
Relações Internacionais	Marina Aparecida Pimenta da Cruz	Direito	Mestrado	20
Seminário Integrador	Carmem Lucia Freitas de Castro	Direito	Especialização	20
Seminário Temático I	Carmem Lucia Freitas de Castro	Direito	Especialização	20
Seminário Temático II	Carmem Lucia Freitas de Castro	Direito	Especialização	20
Seminário Temático III	Carmem Lucia Freitas de Castro	Direito	Especialização	20
Seminário Temático I na LFE I/ LFE II/ LFE III	Maria do Carmo Bueno Guerra	Ciências Sociais	Mestrado	20
	Rodolfo Nazareth Junqueira Fonseca	Ciências Sociais	Mestrado	
	Maria do Carmo Bueno Guerra	Ciências Sociais	Mestrado	
Seminário Temático II na LFE I/ LFE II/ LFE III	Maria Olivia de Quadros Saraiva	Letras	Doutorado	20
	Rodolfo Nazareth Junqueira Fonseca	Ciências Sociais	Doutorado	
	Sirley Aparecida Dias Araújo	Serviço Social	Doutorado	
Seminário Temático III na LFE I/ LFE II/ LFE III	Sirley Aparecida Dias Araújo	Serviço Social	Doutorado	20
	Juliana Cordeiro Soares Branco	Pedagogia/Comunicação Social	Doutorado	
	Alícia Loureiro	Pedagogia/Música	Doutorado	
Seminário Temático IV na LFE I/ LFE II/ LFE III	Sirley Aparecida Dias Araújo	Serviço Social	Doutorado	20
	Juliana Cordeiro Soares Branco	Pedagogia/Comunicação Social	Doutorado	
	Alícia Loureiro	Pedagogia/Música	Doutorado	

Sistema de Informação e Comunicação no Setor Público	Patricia Nascimento Silva	Sistemas de Informação	Mestrado	20
Sociologia Organizacional	Daniela Soares dos Santos	História/Administração Pública	Mestrado	20
Tecnologia e Inovação	Juliana Cordeiro Soares Branco	Pedagogia/Comunicação Social	Doutorado	40
Teoria das Finanças Públicas	Miriam Lucia Barbosa	Logística/Letras	Especialização	20
Teorias da Administração I	Fernanda Tarabal Lopes	Psicologia	Doutorado	20
Teorias da Administração II	Rafael Divino de Vasconcelos	Ciências Econômicas	Mestrado	20
Teorias da Administração Pública	Rafael Divino de Vasconcelos	Ciências Econômicas	Mestrado	20
Matemática Básica Nivelamento	Renato Francisco dos Reis	Estatística	Mestrado	20
Introdução a EaD Nivelamento	Maria Esperança de Paula	Pedagogia	Mestrado	20
Estágio Curricular Supervisionado	Juliana Cordeiro Soares Branco	Letras	Mestrado	40
TCC	x	x	x	x

APÊNDICE 1

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS CAMPUS DE BELO HORIZONTE FACULDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS "TANCREDO NEVES"

Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Pública e do Bacharelado em Administração Pública da Faculdade de Políticas Públicas "Tancredo Neves".

1 - O presente regulamento disciplina o cumprimento das Atividades Complementares previstas na Estrutura Curricular dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Tecnologia e do Bacharelado oferecidos pela FaPP/CBH/UEMG, em consonância com as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais.

2 - As Atividades Complementares constituem atividades extra aula, desenvolvidas pelos discentes com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e competências inerentes à prática profissional dos Cursos Superiores de Tecnologia e do Curso de Bacharelado oferecidos pela Fapp, reconhecidas e supervisionadas de acordo com este regulamento.

3 - As atividades complementares são iniciativas de autonomia dos discentes, concomitantes às demais atividades acadêmicas, desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso e validadas durante o curso e têm por objetivo ampliar e diversificar o processo formativo, incentivando a participação do discente em atividades que possibilitem novas experiências sociais, culturais e profissionais.

4 - Consideradas parte integrante do currículo as atividades complementares, são obrigatórias para a graduação do discente e deverão ser realizadas fora do horário normal das aulas e dos componentes curriculares obrigatórios. A carga horária para os cursos tecnológicos é no mínimo **90 horas/aula (5 créditos)** e para o bacharelado é de **120 horas/aula (8 créditos)** validadas mediante apresentação de certificados ou atestados comprobatórios da participação do aluno, contendo número de horas e descrição das atividades desenvolvidas.

5 - Na atividade serão também consideradas outras atividades de cunho pedagógico-cultural as que tenham relação com o curso e sejam de interesse do discente, desde que realizadas em dias e horários extracurriculares.

6 - As Atividades Complementares serão consideradas integralizadas quando o discente atingir o total de 90 horas, para os cursos tecnológicos e de 120 horas para o bacharelado, conforme os dispositivos contidos neste regulamento:

7 - Para fins de cômputo da carga horária a ser atribuída às atividades realizadas pelo aluno será considerada a relevância de cada uma delas, para a formação acadêmica e profissional do aluno.

8 - As horas constantes nos certificados e documentos que comprovem a realização da atividade poderão ser redimensionadas pelo coordenador do curso, considerando os parâmetros e limites constantes do anexo deste Regulamento.

9 - Ao final de cada semestre o discente receberá um controle com a descrição das atividades consideradas, o percentual de horas cumpridas e as orientações e considerações sobre a realização de atividades para fechamento da carga horária remanescente.

10 O Coordenador do curso será responsável pelo acompanhamento e cômputo de carga horária atribuída à realização das Atividades Complementares, nos termos deste Regulamento.

11 Serão consideradas para fins de computo de carga horária as seguintes atividades:

- Participação em Projetos de Pesquisa;
- Participação em Eventos relacionados à área (cursos, palestras, seminários, simpósios, fóruns, congressos.);
- Participação em Atividades de Extensão;
- Estágios curriculares não obrigatórios;
- Publicação de artigo em Anais de Congressos, Seminários, Iniciação Científica, Periódicos;
- Participação em serviço voluntário relacionado à área do curso;
- Visitas técnicas ou viagens de estudo (não previstas na carga horária das disciplinas da matriz curricular).
- Outras atividades consideradas relevantes à formação do aluno.

12 – Para fins de aproveitamento de horas, por natureza da atividade realizada pelo aluno, serão observados a critério do coordenador os limites da tabela abaixo:

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	APROVEITAMENTO MÁXIMO DE HORAS POR ATIVIDADE
• Participação em Projetos de Pesquisa	60 horas
• Participação em Eventos relacionados à área (palestras, seminários, simpósios, fóruns, congressos.)	Ministrante / organizador: 40 horas Participante: 40 horas
• Participação em Atividades de Extensão	Ministrante / organizador: 40 horas Participante: 60 horas
• Estágios extracurriculares	30 horas
• Publicação de artigo em Anais de Congressos, Seminários, Iniciação Científica, Periódico.	50 horas
• Participação em serviço voluntário relacionado à área do curso	30 horas
• Visitas técnicas ou viagens de estudo (não previstas na carga horária das disciplinas da matriz curricular).	20 horas
Outras atividades não relacionadas consideradas relevantes pelo Coordenador de Curso e aprovadas pelo Colegiado.	Ministrante / organizador: 40 horas Participante: 30 horas
Participação em cursos extracurriculares na modalidade presencial ou à distância	60 horas

13 Para a validação da Atividade Complementar, somente, serão considerados para fins de comprovação:

- I- Certificados (com assinatura manual, data e descrição de carga horária);
- II- Declarações (em papel timbrado da instituição, com assinatura manual, carimbo institucional, data e descrição de carga horária);
- III- Relatório descritivo de atividade complementar, conforme Anexo I.

14 A entrega dos documentos referentes à realização da Atividade, será feita na Secretaria Acadêmica, sob protocolo, para verificação da carga horária a ser atribuída e posterior registro pelo Coordenador do Curso.

15 Após verificação dos relatórios e respectivos registros, os documentos nos quais constará a carga horária atribuída pelo Coordenador, serão devolvidos aos alunos pela Secretaria Acadêmica.

16 É de responsabilidade do aluno a guarda destes documentos, com a respectiva validação pelo Coordenador, até o final do curso.

17 Somente o aluno que cumprir as horas estabelecidas no projeto político pedagógico para as Atividades Complementares no decorrer do Curso estará apto a concluir o curso e colar grau, mesmo que tenha obtido aprovação em todas as disciplinas regulares de sua estrutura curricular.

18 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Departamental.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2015.

